

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO

**PROPOSTA PEDAGÓGICA**

Proposta da Universidade Aberta do Brasil (UAB) - MEC

Diretoria de Educação a Distância (DED)

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES)

Secretaria de Educação a Distância (SEED)

Elaboração da equipe convocada pela UAB/MEC do Programa Nacional de Administração Pública – PNAP:

Profa. Dra. Maria Aparecida da Silva – UFAL

(coordenação)

Prof. Dr. Dario de Oliveira Lima Filho – UFMS

Prof. Dr. Silvar Ribeiro – UnB

Prof. Dr. Anderson Castanha – UFJF

Prof. Dr. Marcos Tanure Sanabio – UFJF

Equipe responsável pela adaptação do projeto e implementação na Universidade Federal de Sergipe – UFS:

Prof. Antonio Ponciano Bezerra - Diretor do CESAD

Prof Dr. Fábio Alves dos Santos – Coordenador Pedagógico do Programa

Profa Dra. Iracema Machado de Aragão Gomes – DAD

Profa Ma Maria Teresa Gomes – DAD

Profa Dra Monica Cristina Rovaris Machado - DAD

**São Cristóvão, SE**

**2018**

**Programa Nacional de Administração Pública – PNAP do Ministério da Educação**

Proposta da Universidade Aberta do Brasil (UAB) - MEC

Sistema Nacional de Formação de Administradores Públicos

Fórum Brasileiro do Ensino Público em Administração a Distância

**Nome do Programa**: PROGRAMA DE ESPECIALIZAÇÃO *Lato Sensu* – Modalidade a distância - EM GESTÃO PÚBLICA, subdividido em 3:

1. Gestão Pública,
2. Gestão Municipal, e
3. Gestão Pública de Saúde.

**IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO**

**Nome**: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

**Endereço**: Cidade Universitária "Prof. José Aloísio de Campos”

**Bairro**: Jardim Rosa Elze

**Cidade**: São Cristóvão / SE

**CEP**: 49100-000

**E-mail institucional**: posgrap@ufs.br

**Telefone**: (079) 2105 6408

**FAX**: (079) 2105 6494

**CGC**: 13.031.547/0001-04

**Esfera administrativa**: Federal

**IDENTIFICAÇÃO DOS DIRIGENTES**

**DIRIGENTE**

**Tipo de documento**: CPF

**Nome**:

**Telefone**: (79)3194 6404

**E-Mail Institucional**: [reitor@ufs.br](mailto:reitor@ufs.br)

**PRÓ-REITOR**

**Tipo de documento**:

**Nome**:

**Telefone**: (79)3194 6414

**E-Mail Institucional**: [posgrap@ufs.br](mailto:posgrap@ufs.br)

**IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA**

**1.1 Denominação**: PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL– Modalidade a distância

**Tem graduação na área ou área afim?** Sim. A UFS tem graduação em administração (presencial e não presencial) e na área de saúde.

**Ano início da graduação**: 1970, em Administração

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Nível** | **Situação** | **Histórico do curso na CAPES** |
| Pós-graduação *lato sensu*  Modalidade a semipresencial | Projeto aprovado no Departamento de Administração (DAD)/UFS | Proposta da Universidade Aberta do Brasil (UAB) - MEC  Sistema Nacional de Formação de Administradores Públicos  Fórum Brasileiro do Ensino Público em Administração a Distância  Esta proposta foi elaborada e encaminhada pelo MEC. A equipe da UFS fez apenas as adaptações, assim também todo o material didático – apostilas e vídeos para uso *on line* – estão prontos e padronizados para utilização em todas as Universidades Federais que fazem parte do programa, por exemplo: UFAL, UFMS, UnB, UFJF, outras. |

**1.2 Natureza:**

Modalidade semipresencial

**1.3 Unidades Proponentes**

Departamento de Administração/UAB/UFS/CESAD

**1.4 Objetivo geral**

Portadores de diploma de nível superior que exercem ou pretendem exercer atividades gerenciais no setor público e/ou atuam ou pretendem atuar no Magistério Superior.

**1.5 Carga Horária**

**510 horas**, em 2 módulos mais o Trabalho de Conclusão de Curso – TCC

O módulo básico é composto por 8 disciplinas. O módulo específico é composto por 6 disciplinas (de 30h) e 1 disciplina de TCC (Metodologia) e o TCC.

1.6 Período de Execução: a partir de janeiro de 2019 a junho de 2020.

1.7 Número de vagas total: 150 vagas

50 vagas – Polo de São Cristóvão

50 vagas – Polo de Nossa Senhora da Gloria

50 vagas – Polo de Lagarto

**1.8 Coordenador**

**Nome: Profa Dra Mônica Cristina Rovaris Machado**

**UFS**

**Departamento de Administração - DAD**

CPF: 624.970.309-87

RG: 1.975.098-6 SSP-SC

**Telefone**: (79) 3194 6771 6772

(48) 99684-1990

(79) 98124-9693

**E-Mail Institucional**: [monica.pnapgm@gmail.com](mailto:monica.pnapgm@gmail.com)

Endereço residencial: Av. Franklin de Campos Sobral, 1575, Ed. Montpellier, apto. 802, Bairro: Grageru, Aracaju-SE, CEP 49027-000

**SUMÁRIO**

[**INTRODUÇÃO 5**](#_Toc279591542)

[**Histórico da Universidade Aberta do Brasil (UAB) 5**](#_Toc279591543)

[**2 JUSTIFICATIVA 8**](#_Toc279591544)

[**3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS 9**](#_Toc279591545)

[**4** **CONCEPÇÃO DO PROGRAMA 10**](#_Toc279591546)

[**5** **DURAÇÃO DO CURSO 14**](#_Toc279591547)

[**6** **PERÍODO E PERIODICIDADE 14**](#_Toc279591548)

[**7** **ESTRUTURA DO CURSO 15**](#_Toc279591549)

[**7.1 Estrutura curricular 15**](#_Toc279591550)

[**7.2** **Conteúdos Programáticos 16**](#_Toc279591551)

[***Ementas e Bibliografias do Módulo Básico*** *Erro! Indicador não definido.*](#_Toc279591552)

[**Módulo Específico** Erro! Indicador não definido.](#_Toc279591553)

[**8** **CORPO DOCENTE 16**](#_Toc279591554)

[**9** **METODOLOGIA 38**](#_Toc279591555)

[**A organização do sistema de EaD 39**](#_Toc279591556)

[**10** **INFRA-ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E DE ENSINO E PESQUISA 48**](#_Toc279591564)

[**SELEÇÃO 49**](#_Toc279591565)

[**11** **AVALIAÇÃO E CONTROLE DE FREQUÊNCIA 49**](#_Toc279591566)

[**12** **OFERTA 50**](#_Toc279591567)

[**Módulo Básico 50**](#_Toc279591568)

[**Módulo Específico: 50**](#_Toc279591569)

[**13** **RECURSOS FINANCEIROS 51**](#_Toc279591570)

[**14** **COMENTARIOS FINAIS 52**](#_Toc279591571)

[**15** **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 52**](#_Toc279591572)

**INTRODUÇÃO**

**Histórico da Universidade Aberta do Brasil (UAB)**

A Universidade Aberta do Brasil (UAB) é um programa do Ministério da Educação (MEC), gerido pela Diretoria de Educação a Distância (DED) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES) e pela Secretaria de Educação a Distância (SEED).

A UAB foi implantada, oficialmente, por meio de editais públicos, em 2006 e 2007, ofertando, em 2008, 40.000 (quarenta mil) vagas em diversos cursos, abrangendo 562 Pólos de Apoio Presencial ao ensino, em quase todas as regiões do País. Foram várias as ações precursoras da criação da UAB. Dentre elas é possível destacar:

1. Curso de Pedagogia, do Núcleo de Educação Aberta e a Distância (NEAD) da Universidade Federal do Mato Grosso, em 1995;
2. Consórcio CEDERJ do Rio de Janeiro (da Fundação Centro de Ciências e Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro) em 2000;
3. Projeto Veredas: Formação Superior de Professores, da Universidade Federal de Minas Gerais, em 2002;
4. Projeto Piloto Curso de Administração, modalidade a distância, numa parceria Banco do Brasil – MEC e Instituições Públicas de Ensino Superior em 2006.

Outra experiência foi com o Pró-Licenciatura, lançado pelo MEC em 2005, para formar 180 mil professores de 5ª a 8ª série do Ensino Fundamental e do Ensino Médio. O público-alvo foram os professores atuantes nas salas de aula sem a formação exigida por lei. Nesse Programa estão previstas bolsas de estudo e a oportunidade de fazer a graduação, em serviço e a distância, em instituições públicas, comunitárias e confessionais.

Os cursos a distância do Pró-Licenciatura têm a mesma duração dos cursos presenciais ofertados pelas IES e a instituição precisa ser credenciada para trabalhar com educação a distância. Abrange cursos para formação de professores do Ensino Fundamental e Ensino Médio em língua portuguesa e estrangeira, história, geografia, educação física, ciências biológicas, matemática, física e química.

Também em 2005, o MEC lançou o consórcio entre IPES para oferecer licenciatura a distância em biologia. Equipes de oito universidades integrantes deste consórcio ofereceram 1.300 vagas em curso de licenciatura a distância em biologia.

O consórcio é integrado pela Universidade de Brasília (UnB), Universidade Federal de Goiás (UFG), Universidade Estadual de Goiás (UEG), Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), Universidade Federal do Pará (UFPA), Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC).

Mais uma ação de EaD foi lançado pelo MEC em 2006, o Pró-Formar com a oferta do curso de Licenciatura em Educação Infantil – modalidade a distância. É resultado de parceria interinstitucional estabelecida pelo consórcio Pró-Formar, assinado pelos reitores das Universidades, visando a formação de rede de formação entre: Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Universidade Federal de São João Del Rei (UFSJ), Universidade Federal de Lavras (UFLA) e Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

Estas IPES, ao ofertarem cursos de formação inicial e continuada, gratuitos e de qualidade, usando para isso a modalidade à distância, firmaram seu compromisso com a escola pública e exercendo seu papel social, função e dever do Estado. O curso é destinado preferencialmente aos profissionais em exercício na Educação Infantil, em instituições públicas de atendimento as crianças de até 6 anos, que tenham ensino médio completo, residentes nos municípios convenentes.

Os objetivos deste programa ultrapassam os limites de uma profissionalização restrita apenas a obtenção de uma titulação e apontam para perspectivas de continuidade e de abrangência que contemplem a qualificação acadêmica, o plano de carreira e a política de remuneração. Essa formação específica em que a teoria e prática se mesclam numa dinâmica transformadora e construtora de novos saberes, capaz de proporcionar, cada vez mais, um atendimento de qualidade às crianças menores de 6 anos de idade.

**Objetivos da UAB**

A Diretoria de Educação a Distância da CAPES (UAB) tem como objetivos principais:

1. Fomentar as instituições públicas de ensino superior e pólos municipais de apoio presencial, visando a oferta de qualidade de cursos de licenciatura na modalidade a distância;
2. Articular as instituições públicas de ensino superior aos pólos municipais de apoio presencial, no âmbito da Universidade Aberta do Brasil - UAB;
3. Subsidiar a formulação de políticas de formação inicial e continuada de professores, potencializando o uso da metodologia da educação a distância, especialmente no âmbito da UAB;
4. Apoiar a formação inicial e continuada de profissionais da educação básica, mediante concessão de bolsas e auxílios para docentes e tutores nas instituições públicas de ensino superior e tutores presenciais e coordenadores nos pólos municipais de apoio presencial;
5. Planejar, coordenar e avaliar, no âmbito das ações de fomento, a oferta de cursos superiores na modalidade a distância pelas instituições públicas e a infra-estrutura física e de pessoal dos pólos municipais de apoio presencial, em apoio à formação inicial e continuada de professores para a educação básica.

**Experiência da UAB no curso de Administração**

O curso piloto de graduação em Administração inaugurou, efetivamente, a UAB em 2006. Foi iniciado com a participação de 25 universidades públicas brasileiras – federais e estaduais – com mais de 10.000 estudantes em vários Estados. Isso foi possibilitado com a parceria entre o MEC/SEED, o Banco do Brasil (integrante do Fórum das Estatais pela Educação) e as universidades que aderiram ao projeto.

Os estudantes ingressaram por vestibular atendendo aos requisitos de cada uma das instituições vinculadas ao sistema UAB. O curso, nível bacharelado, com duração de quatro anos e meio, foi organizado em nove módulos semestrais, com carga horária total de 3.000 (três mil) horas. Além de participar dos encontros presenciais, que ocorrem preferencialmente aos sábados, o estudante desenvolve atividades a distância, como o estudo do material didático e trabalhos escritos, estudo de casos, pesquisas, acompanhado por um sistema de tutoria que permite o monitoramento do seu desempenho. Com a supervisão da SEED/MEC e da CAPES, coordenadores das 25 IPES que oferecem o curso piloto, se reúnem (por meio de um Fórum) de três em três meses para avaliar o andamento da experiência, avaliar a modalidade discutir os métodos de ensino e de aprendizado, tomar decisões sobre o material didático e, sobretudo, socializar as experiências para garantir qualidade do curso.

Este Fórum é uma experiência impar no setor público brasileiro, pois coordena uma rede de IPES que atuam colaborativamente na busca de um objetivo comum, ou seja, o ensino público de administração à distância gratuito e de qualidade.

**2 JUSTIFICATIVA**

Desde meados da década de 1990, a gestão pública no Brasil vem passando por transformações importantes, notadamente no que se refere à redefinição do papel do Estado nacional, em geral, e do papel desempenhado pelas três esferas de governo: União, Estados-Membros e Municípios.

A partir da Constituição Federal de 1988, os estados e os municípios ganharam mais importância, assumindo diversas atividades antes desempenhadas pela União. Com a introdução de um Estado mais forte, porém menor, este reduz seu papel nacional-desenvolvimentista, que vigorou por meio século (ABRUCIO; COUTO, 1996; PINHO; SANTANA, 2001). Dentro da concepção neoliberal, a partir de 1990, a União passa a exercer as “verdadeiras” funções de Estado: regulação e indução.

Nesse sentido, os dois níveis governo subnacionais passam a assumir papéis complexos (antes exercido pela União), que exigem competências específicas de regulação e uma nova gestão de atividades essenciais, competências essas colocadas em segundo plano durante a fase desenvolvimentista. Segundo Pinho e Santana (2001), o esgotamento da capacidade de lidar com problemas complexos e extensos levou o governo central a transferir esses problemas para estados e municípios, sobretudo para os últimos, que adota o *welfarismo* municipal.

As políticas de saúde pública e de educação, por exemplo, ganham força no município com a organização do Sistema Único de Saúde (SUS) e com a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), respectivamente. Em 2007, este foi ampliado para incluir a educação infantil e o ensino médio, sendo transformado em Fundo  de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB).

Diante desse cenário, estados e municípios tiveram de redesenhar sua estrutura organizacional para se adequar aos novos papéis que lhes foram impostos (ABRÚCIO; COUTO, 1996; ABRUCIO, 2005). Na realidade, até o presente momento muitos deles ainda não conseguiram sair do *status quo* anterior e, por isso, encontram dificuldades em se relacionar com os demais níveis de governo, com o mercado e com a sociedade civil organizada. Mesmo aqueles que tiveram um avanço maior, ainda necessitam amadurecer um modelo de gestão que contemple essa nova fase de governança pública, como sugerem Kissler e Keidemann (2006).

Um dos pontos que merecem destaque diz respeito à conscientização do seu verdadeiro papel constitucional. Na Constituição Federal (CF), há funções exclusivas de Estado, funções não exclusivas e funções de mercado (privadas) que devem ser pensadas e assumidas.

Com a promulgação da Lei de Responsabilidade de Fiscal (LRF), estados e municípios passaram a se preocupar mais com suas finanças, tanto do lado da receita quanto do lado da despesa. Dados do Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM) revelam que a receita própria dos municípios está aquém do potencial de arrecadação. De fato, a Tabela 1 mostra que nem todos os municípios cobram Imposto Predial e Territorial Urbano-IPTU (93%) e apenas 83% tem sistema de cobrança informatizado. No que tange ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza-ISSQN, somente 83,7% dos municípios cobram e apenas 67,9% o fazem com sistema informatizado. Na Região Nordeste a situação é preocupante: menos da metade dos municípios (47,6%) tem sistema de ISSQN informatizado. Ressalte-se que, no Brasil, essa situação é mais freqüente nos municípios com população abaixo dos 20.000 habitantes.

Tabela 1 - Municípios, total, com cadastro imobiliário, com cobrança de IPTU, Planta Genérica de Valores e cadastro para cobrança do ISS, com indicação da existência de sistema informatizado dos cadastros e da Planta Genérica de Valores, segundo Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios – 2006

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios | Municípios | | | | | | | |
| Total | Cadastro imobiliário | | Cobrança de IPTU | Planta Genérica de Valores | | Cadastro para cobrança do ISS | |
| Total | Informatizado | Total | Informatizado | Total | Informatizado |
| **Brasil** | **5 564** | **5 203** | **4 623** | **5 196** | **4 018** | **3 120** | **4 661** | **3 780** |
| Até 5 000 | 1 371 | 1 276 | 1 084 | 1 277 | 904 | 653 | 1 062 | 797 |
| De 5 001 a 10 000 | 1 290 | 1 175 | 1 016 | 1 180 | 844 | 624 | 1 024 | 815 |
| De 10 001 a 20 000 | 1 292 | 1 198 | 1 065 | 1 189 | 923 | 707 | 1 095 | 862 |
| De 20 001 a 50 000 | 1 033 | 981 | 899 | 975 | 812 | 666 | 919 | 775 |
| De 50 001 a 100 000 | 311 | 308 | 296 | 308 | 278 | 240 | 300 | 279 |
| De 100 001 a 500 000 | 231 | 229 | 227 | 231 | 221 | 196 | 225 | 216 |
| Mais de 500 000 | 36 | 36 | 36 | 36 | 36 | 34 | 36 | 36 |

Fonte: Perfil dos Municípios Brasileiros 2006, IBGE (2006).

Em relação a taxas, os municípios brasileiros estão longe da eficiência arrecadadora, conforme prevê a LRF. A Tabela 2 revela que taxas de coleta e de limpeza pública são cobradas em menos da metade dos municípios.

Tabela 2 – Percentual total de municípios com existência de taxas instituídas em 2006

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Brasil** | Total | Com existência de taxas instituídas | | | | | |
| Taxa de iluminação | Taxa de coleta de lixo | Taxa de incidência | Taxa de limpeza pública | Taxa de poder de polícia | Outros tipos de taxas |
| 100 | 70,0 | 49,5 | 3,7 | 42,3 | 55,3 | 43,3 |

Fonte: Perfil dos Municípios Brasileiros 2006 IBGE (2006).

Esses dados mostram que o Poder Público Municipal não está preparado, do ponto de vista administrativo, para cumprir a legislação relacionada à arrecadação. É razoável afirmar que isso se deve à carência de quadro de servidores preparados para gerenciar a máquina administrativa.

Nesse sentido, tanto no desenho de nova estrutura organizacional quanto na gestão dos processos/atividades, União, estados e municípios necessitam de profissionais capacitados em gestão. Na União, essa tarefa já se acha mais bem desenvolvida, com a (re) estruturação e (re) valorização de diversas carreiras típicas de Estado (planejamento, fiscalização tributária, auditoria etc.). No âmbito estadual e municipal, muito trabalho ainda precisa ser feito para que esses níveis de governo possam exercer, satisfatoriamente, seus papéis constitucionais.

Para tanto, é preciso que seja dada oportunidade a cidadãos e a estados e prefeituras de todo o Brasil de se capacitarem para o exercício de uma administração pública profissional.

**3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

O curso tem por objetivo a qualificação de pessoal de nível superior visando ao exercício de atividades gerenciais e do Magistério Superior. Especificamente, pretende:

1. Capacitar quadros de gestores para atuarem na administração de macro (governo) e micro (unidades organizacionais) sistemas públicos;
2. Capacitar profissionais com formação adequada a intervirem na realidade social, política e econômica;
3. Contribuir para a melhoria da gestão das atividades desempenhadas pelo Estado brasileiro, no âmbito federal, estadual e municipal;
4. Contribuir para que o gestor público desenvolva visão estratégica dos negócios públicos, a partir do estudo sistemático e aprofundado da realidade administrativa do governo ou de suas unidades produtivas.
5. **CONCEPÇÃO DO PROGRAMA**

Com a justificativa de um Estado mais enxuto e eficiente, o Governo Collor patrocinou o desmonte do Estado brasileiro para transformá-lo em “Estado mínimo”, inspirado no *new public management*. A partir de então, houve uma redução do quadro de funcionários via aposentadorias precoces. Com a reforma administrativa no início do governo FHC, em 1995, desenha-se um Estado regulador e indutor ao invés do Estado desenvolvimentista verificado no Brasil até o final dos anos 1980.

O Governo Lula, que teve início em 2003 e se estenderá até 2010, está recompondo o quadro de servidores e, sem negar as mudanças havidas nos dois governos que o antecederam, implantou: a) reformas do modelo de gestão pública, b) ações voltadas para a inovação gerencial; e c) um Estado promotor da inclusão social com programas compensatórios de nível nacional (BRANDIÃO; PALASSI; FERREIRA, 2007).

A mudança do papel repercutiu no aparelho do Estado no âmbito federal, estadual e municipal, trazendo demandas gerenciais mais complexas. Isso significa uma administração mais profissionalizada, exigindo gestores com sólida formação teórico-conceitual nas áreas sociais, políticas, econômicas e administrativas.

Na esfera da União, vislumbra-se a necessidade de um gestor mais generalista com domínio em logística.

No nível estadual, além de uma forte formação conceitual, indica-se um gestor que possa trabalhar a estrutura organizacional do estado-membro e conceber formatos de redes de cooperação intermunicipais. No caso da estrutura administrativa, é sabido que os governos estaduais ainda não introduziram as mudanças necessárias para exercer o novo papel do Estado no Brasil, como revela Abrucio (2005). A formação de redes é uma possibilidade – com várias experiências positivas – de induzir o desenvolvimento regional a partir do esforço conjunto. Dos 5.564 municípios brasileiros – com 4,5 milhões de servidores – a maioria não possui economias de escala para alavancar o desenvolvimento de áreas prioritárias, como saneamento, habitação, manutenção de vias públicas urbanas e rurais.

No âmbito do município, a formação do gestor precisa ser mais específica. Em um profundo estudo sobre os municípios brasileiros, o Banco Mundial, em parceria com o IPEA, indica cinco grandes prioridades: a) aumentar a competitividade da cidade; b) desenhar um sistema subnacional de crédito sustentável baseado no mercado; c) melhorar a provisão de serviços usando a participação do setor privado; d) melhorar as eficiências nos mercados urbano e fundiário; e) insistir numa melhor colaboração entre governos locais (BANCO MUNDIAL, 2006).

O plano diretor ou estatuto da cidade, na forma como é concebido no Brasil, revela-se como um grande plano estratégico; nesse caso, é preciso que o mesmo tenha um tratamento do tamanho de sua importância, tanto na elaboração quanto na sua implantação. Por um lado, a gestão da receita municipal exige conhecimento mais aprofundado de tributação; por outro, licitações e contratações, aliadas à administração de projetos compõem o lado dos gastos. Vale lembrar que a introdução da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) alterou a forma de gestão pública no Brasil, conforme sugere Banco Mundial (2006).

O Programa de Especialização terá a seguinte configuração:

Figura 1: Concepção do Programa de Especialização em Gestão Pública, modalidade a distância.

Núcleo Básico

Gestão Pública

Gestão Pública Municipal

Gestão de Organização Pública da Saúde

(210 h)

Gestão de Micro Sistemas Públicos

Gestão de Macro Sistemas Públicos

As diretrizes do Programa devem oportunizar uma formação que privilegie tanto a dimensão profissional quanto a dimensão política, buscando-se:

1. Formação ético-humanística que a formação do cidadão requer;
2. Formação técnico-científica condizente com as exigências que o mundo do trabalho contemporâneo impõe.

A estrutura curricular do Programa de Especialização em Gestão Pública é concebida, inspirado em Costa (1996), num jogo de correlação de forças que determina critérios de validade e legitimidade pelos quais são produzidas representações, sentidos e instituídas realidades; é um lugar de circulação das narrativas, mas, sobretudo, é um lugar privilegiado dos processos de subjetivação, da socialização dirigida, controlada.

Constituído de um conjunto articulado e normatizado de saberes, o currículo se constrói refletindo as relações estabelecidas num jogo de poder em que se confrontam visões de mundo e onde se produzem, elegem e transmitem representações, narrativas e significados sobre as coisas e seres do mundo (COSTA, 1996).

Como uma prática social que se desenvolve a partir das relações entre os sujeitos da relação pedagógica, num contexto sócio-econômico-cultural específico, o currículo deste Programa é construído na perspectiva de uma formação científica de qualidade e uma formação humanista que contribua para a construção de uma sociedade mais justa, mais democrática, mais solidária e mais tolerante. Portanto, abrange também conteúdos técnicos para permitir a compreensão e a solução de problemas organizacionais complexos.

**Abordagens teórico-práticas**

Para tanto, esta proposta para os Cursos de Especialização em Gestão Pública a distância traz como base para sua sustentação as seguintes diretrizes:

1. Nortear a concepção, criação e produção dos conhecimentos a serem trabalhados no curso, de forma a contemplar e integrar os tipos de saberes hoje reconhecidos como essenciais às sociedades do Século XXI: os fundamentos teóricos e princípios básicos dos campos de conhecimento; as técnicas, práticas e fazeres deles decorrentes; o desenvolvimento das aptidões sociais ligadas ao convívio ético e responsável;
2. Promover permanente instrumentalização dos recursos humanos envolvidos no domínio dos códigos de informação e comunicação, bem como suas respectivas tecnologias, além de estimular o desenvolvimento do pensamento autônomo, curiosidade e criatividade;
3. Selecionar temas e conteúdos que reflitam, prioritariamente, os contextos das realidades vividas pelos públicos-alvos, nos diferentes espaços de trabalho e também nas esferas local e regional;
4. Adotar um enfoque pluralista no tratamento dos temas e conteúdos, recusando posicionamentos unilaterais, normativos ou doutrinários;
5. Nortear as atividades avaliativas da aprendizagem, segundo uma concepção que resgate e revalorizar a avaliação enquanto informação e tomada de consciência de problemas e dificuldades, com o fim de resolvê-los, para estimular e orientar a auto-avaliação.

Há três princípios que nortearão a estrutura curricular do Programa: epistemológicos, metodológicos e dinamizadores:

**Princípios epistemológicos**

Esses princípios, que devem sustentar a formação e o perfil do profissional de administração, são expressos através de duas dimensões:

1. Dimensão epistemológica: que diz respeito à escolha e aos recortes teórico-metodológicos das áreas e disciplinas ligadas às ciências que integram o currículo do curso;
2. Dimensão profissionalizante: que, implicando a primeira, diz respeito aos suportes teórico-práticos que possibilitam uma compreensão do fazer do administrador em todas suas relações sócio-político, cultural e nas perspectivas da moral e da ética.

Tendo em vista essas duas dimensões, a estrutura curricular do Programa de Administração Pública sustenta-se em dois módulos de estudos, a saber: Módulo Básico, que se refere aos fundamentos da administração e da administração pública, e Módulos Específicos, contemplando três áreas de concentração, abrangendo a esfera pública geral ou municipal e a gestão de organização de saúde pública.

**Princípios Metodológicos**

Tendo presente que a Estrutura Curricular deve incorporar a compreensão de que o próprio currículo e o próprio conhecimento devem ser vistos como construções e produtos de relações sociais particulares e históricas e, ainda, que deve ser orientado numa perspectiva crítica onde ação-reflexão-ação se coloquem como atitude que possibilite ultrapassar o conhecimento de senso comum, três conceitos são escolhidos para servir não só de elo entre as diferentes áreas e os diferentes núcleos de conhecimento, mas também de fio condutor para base metodológica do curso, a saber:

1. **Historicidade** é vista como característica das ciências. Através desse conceito espera-se que o estudante perceba que o conhecimento se desenvolve, é construído, num determinado contexto histórico/social/cultural/ e, por isso mesmo, sujeito às suas determinações. O desenvolvimento do conhecimento, por ser processual, não possui a limitação de início e fim, consubstanciando-se num *continuum* em que avanços e retrocessos se determinam e são determinados pelas condições histórico-culturais em que as ciências são construídas;
2. **Construção** é outro conceito que perpassa todas as áreas e núcleos de conhecimento do curso, para que o estudante reforce sua compreensão de que, se os conhecimentos são históricos e determinados, eles são resultados de um processo de construção que se estabelece no e do conjunto de relações homem/homem, homem/natureza e homem/cultura. Essas relações, por serem construídas num contexto histórico e culturalmente determinadas, jamais serão lineares e homogêneas e que ele, estudante deve se imbuir do firme propósito de transformar-se num profissional que não só aplica conhecimentos, mas também que produz conhecimentos;
3. **Diversidade** é importante que o estudante compreenda como as diferentes abordagens determinam posicionamentos político na ação administrativa.

**Princípios Dinamizadores**

Os princípios dinamizadores do currículo do curso são decorrentes não só das abordagens epistemológica e metodológica do curso, mas também do fato de que os estudantes terão uma abordagem teórico-prática dos conteúdos trabalhados.

A adoção desse princípio implica uma dinâmica curricular que torne o vivido pensado e o pensado vivido, com a incorporação, no processo de formação acadêmica, da experiência profissional ou das práticas vividas pelos estudantes, a dialética entre o desenvolvimento teórico das disciplinas e sua construção pela prática; ou seja, a reflexão teórica e a prática estarão presentes na experiência da formação profissional.

Essa direção metodológica implica inter-relações epistemológicas, em que a construção integradora do conhecimento põe-se como princípio também fundamental no desenvolvimento do curso, buscando-se o reconhecimento da autonomia relativa de cada área de conhecimento e o diálogo na busca do conhecimento da realidade educacional.

Como o Programa será desenvolvido na modalidade a distância, outros princípios se colocam como fundamentais na construção curricular: interação, autonomia, trabalho cooperativo, inter e transdisciplinaridade, investigação, relação teoria e prática, flexibilidade e dialogicidade.

1. **DURAÇÃO DO CURSO**

O Curso terá uma duração de 18 (dezoito) meses, incluindo a apresentação do trabalho de conclusão de curso - TCC.

1. **PERÍODO E PERIODICIDADE**

O curso terá 2 (dois) módulos – básico e específico. O módulo básico será ministrado de jan a jul/2019 e o Módulo específico de agosto/2019 a jun/2020.

O desenvolvimento e apresentação do TCC será realizado até o final de 18 meses.

Para o desenvolvimento dos conteúdos serão organizados, dentre outros, os seguintes recursos didáticos:

1. Textos impressos de apoio ao estudo, por disciplina;
2. Ambiente virtual de aprendizagem (AVA) para comunicação entre os sujeitos e a disponibilização de textos complementares;
3. Encontros presenciais;
4. Sistema de acompanhamento (tutoria).

A UFS, por intermédio da UAB/MEC, disponibilizará aos estudantes a estrutura existente nos Pólos, com infra-estrutura técnica e pedagógica, laboratório de computação, biblioteca, para as atividades presenciais e como base de apoio para os estudos durante todo o curso.

No desenvolvimento do curso, serão realizados encontros presenciais destinados a discussões temáticas com os professores das disciplinas, orientações, oficinas, avaliações de aprendizagem e apresentações de TCC.

Os encontros presenciais serão realizados no início e no decorrer de cada semestre. No início do curso, servirão para oferecer visão da dinâmica do curso e da modalidade a distância. Será realizado também treinamento para uso adequado do ambiente virtual de aprendizagem. No início de cada semestre, haverá entrega dos materiais didáticos do semestre e o calendário.

Ao longo do semestre, haverá encontros presenciais fazendo coincidir a finalização de uma disciplina – momento este em que se realizará a avaliação da mesma - com o início da seguinte – propiciando ao cursista um mapeamento de seu percurso. Assim, os encontros durante o semestre servirão para discussões temáticas por parte dos professores das disciplinas ofertadas, orientações, oficinas, avaliações de aprendizagem, apresentação de trabalhos.

1. **ESTRUTURA DO CURSO**

**7.1 Estrutura curricular**

O curso, com 420 horas aula, terá dois módulos: um básico, que é núcleo comum aos três cursos e um específico, por área de concentração.

**Módulo Básico**

O módulo básico será o núcleo comum para todas as habilitações. É composto por sete disciplinas, de 30 horas, perfazendo um total de 210 horas:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Ord.** | **Disciplina - Nivelamento** | **C. H.** |
| 1 | Introdução a Modalidade EaD | 30 |
| **–** | **TOTAL DE HORAS/AULA** | **30** |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Ord.** | **Disciplinas** | **C. H.** |
| 1 | Estado, Governo e Mercado | 30 |
| 2 | O Público e o Privado na Gestão Pública | 30 |
| 3 | Desenvolvimento e Mudanças no Estado brasileiro | 30 |
| 4 | Políticas Públicas | 30 |
| 5 | Planejamento Estratégico Governamental | 30 |
| 6 | O Estado e os Problemas Contemporâneos | 30 |
| 7 | Indicadores Socioeconômicos na Gestão Pública | 30 |
| **–** | **TOTAL DE HORAS/AULA** | **210** |

**Módulo específico: Gestão Pública Municipal**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Ord.** | **Disciplina** | **Carga horária** |
| 1 | Plano Diretor e Gestão Urbana | 30 |
| 2 | Gestão Tributária | 30 |
| 3 | Gestão de Redes Públicas e Cooperação | 30 |
| 4 | Gestão Democrática e Participativa | 30 |
| 5 | Gestão Logística | 30 |
| 6 | Elaboração e Avaliação de Projetos | 30 |
| 7 | Processos Administrativos | 30 |
| **–** | **TOTAL DE HORAS DO MÓDULO** | **210** |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Ord.** | **Disciplina - Monografia** | **Carga Horária** |
| 1 | Metodologia Científica | 30 |
| 2 | Monografia | 30 |
| **–** | **TOTAL DE HORAS/AULA** | **60** |

* 1. **Conteúdos Programáticos**

O curso, com 420 horas aula, terá dois módulos: um básico, que é núcleo comum aos quatro cursos, e um específico, por área de concentração.

**10.1 Módulo Básico**

O módulo básico será o núcleo comum para todas as habilitações. É composto por sete disciplinas, de 30 horas, perfazendo um total de 210 horas:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Ord.** | **Disciplina** | **C. H.** |
| 1 | Estado, Governo e Mercado | 30 |
| 2 | O Público e o Privado na Gestão Pública | 30 |
| 3 | Desenvolvimento e Mudanças no Estado brasileiro | 30 |
| 4 | Políticas Públicas | 30 |
| 5 | Planejamento Estratégico Governamental | 30 |
| 6 | O Estado e os Problemas Contemporâneos | 30 |
| 7 | Indicadores Socioeconômicos na Gestão Pública | 30 |
| **–** | **TOTAL DE HORAS/AULA** | **210** |

A função do Módulo Básico é propiciar ao estudante uma tomada de consciência sobre a atual política do governo, situando-a na passagem que vem se dando, ao longo destes últimos anos, de um Estado Gerencial para um Estado Necessário. Esse referencial lhe permitirá compreender melhor, ao longo do Módulo Específico, as diferentes ações e programas implementados pela atual administração pública.

**Ementas e Referências do Módulo Básico**

**Disciplina 1 – Estado, Governo e Mercado**

**Objetivo**

Essa disciplina enfoca as complexas relações entre Estado, governo e mercado nas sociedades capitalistas contemporâneas. Partindo das duas matrizes teóricas que explicam as relações entre Estado e sociedade no sistema capitalista – a liberal e a marxista –, a disciplina analisa criticamente as diversas interpretações concorrentes e/ou sucessivas sobre as sempre tensas e dinâmicas relações entre Estado, governo e mercado.

**Ementa**

Os atores envolvidos na esfera pública, sejam eles governantes, funcionários, fornecedores, clientes, beneficiários, usuários de serviços públicos ou agentes objetos da regulação estatal, movem-se e posicionam-se no espaço público orientados por uma ou mais concepções teóricas concorrentes sobre

as relações entre Estado, governo e mercado nas modernas sociedades capitalistas. Por essa razão, é fundamental aos gestores públicos, em exercício ou em formação – independentemente da esfera de governo em que atuem ou venham a atuar –, conhecer os diferentes fundamentos e lógicas que orientam a ação dos agentes envolvidos (*stakeholders*). Relações entre Estado, governo e mercado na sociedade contemporânea, segundo as principais concepções e teorias: marxistas (PRZWORSKY, 1995) e liberais (SARTORI, 1997). Desafios teóricos e políticos colocados aos analistas e atores políticos pelas mudanças produzidas sob o capitalismo contemporâneo (BOBBIO, 1983; GUIDDENS, 1996; ANDERSON, 1996).

**Referências Básicas**

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir (Org.) **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o estado democrático. São Paulo: Paz e Terra, 1996. p. 9-23.

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade**: para uma teoria geral da política. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

\_\_\_\_\_\_. **Qual socialismo?** São Paulo: Paz e Terra, 1983. “Quais as alternativas à democracia representativa?”, p. 55-74.

GIDDENS, Anthony. **Para além de esquerda e direita**. São Paulo: UNESP, 1996. “Introdução”, p. 9-30.

HAM, Cristopher; HILL Michael. **O processo de elaboração de políticas no Estado capitalista moderno.** Campinas, 1996. (tradução para o português de The policy process in the modern capitalist state. Londres, 1993, sob a responsabilidade de Renato Dagnino para uso exclusivo dos alunos do Departamento de Política Científica e Tecnológica da Unicamp). Capítulos 2 e 3 (p. 39-91).

O’DONNELL, Guillermo. Anotações para uma teoria do Estado. In: **Revista de Cultura e Política**, n. 4, 1981.

OSZLAK, Oscar. Estado y sociedad:¿nuevas reglas de juego? Reforma Y Democracia. **Revista del CLAD**. N.9 (Oct. 1997), p. 7-61

PRZWORSKY, Adam. **Estado e economia no capitalismo.** Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995. Parte 3, “O governo do capital”, p. 87-115.

SARTORI, Giovanni. **A teoria da democracia revisitada**. São Paulo: Ática, 1997. Cap. 6, “A democracia vertical”, p.181-245.

**Referências Complementares**

BOBBIO, Norberto; BOVERO, Michelangelo. **Sociedade e Estado na filosofia política moderna**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

DAHL, Robert. **Um prefácio à teoria democrática**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1989. Cap. 3 – A democracia poliárquica.

GIDDENS, Anthony. **O Mundo na Era da Globalização**. Lisboa: Editorial Presença, 2000.

OFFE, Claus. **Problemas estruturais do Estado capitalista**. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1984.

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder, o socialismo**. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

SANTOS, Wanderley G. **Ordem burguesa e liberalismo político**. São Paulo: Duas Cidades, 1978. “A práxis liberal no Brasil: propostas para reflexão e pesquisa”, pp. 67-117.

SARTORI, Giovanni. **Teoria democrática**. São Paulo: Fundo de Cultura, 1965. Cap. XV, “Liberalismo e democracia”, p. 366-393.

SCHUMPETER, Joseph. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1984.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**. Rio de Janeiro, LCT, 1998.

**Disciplina 2 – O Público e o Privado na Gestão Pública**

**Objetivo**

Essa disciplina tem por objetivo delimitar com clareza para o aluno as diferenças entre a esfera privada, que é o âmbito de atuação por excelência do administrador de empresas, e a esfera pública, na qual se situa a Administração pública e age o gestor público.

**Ementa**

Tradicionalmente, os poucos cursos de administração pública oferecidos no país partem do núcleo duro das teorias e disciplinas que compõem os currículos de administração de empresas, a ele acrescentando alguns outros temas e matérias mais diretamente ligados à gestão dos negócios públicos pelo Estado. Esse ponto de partida deixa de pôr suficientemente em relevo a diferença fundamental entre a esfera pública e a privada, da qual derivam todas as demais diferenças teleológicas, organizacionais e funcionais existentes entre as organizações do Estado e as da sociedade civil, sejam elas empresas, sindicatos e associações com ou sem fins lucrativos. Por ser essencial ao gestor público ter absoluta clareza dessa diferença, de forma a poder exercer adequadamente as suas funções e atribuições com as quais ele se encontra investido na qualidade de servidor público, é que esta disciplina foi inserida no módulo básico deste curso. Da precisa separação entre esfera pública e esfera privada, que remonta ao Direto Romano, mas que só recentemente adquiriu os seus contornos mais definidos nas sociedades contemporâneas do Ocidente, é que decorrem todas as demais diferenciações relevantes para o agente público: de um Direito Público e de um Direito Privado; a separação entre Estado e sociedade civil; a delimitação dos poderes dos governantes em relação ao conjunto do Estado e aos cidadãos.

* A dicotomia público-privado; a primazia do público sobre o privado; as fronteiras entre o público e o privado; as prerrogativas do Estado sobre os agentes privados; os direitos do cidadão e os deveres do estado; interesses privados e interesses coletivos; Instituição e organização; organizações públicas e organizações privadas.
* O servidor como agente da ação do Estado; os diferentes agentes públicos e as suas formas de investidura; as prerrogativas do estado e as garantias do servidor; regime estatutário e regime contratual; vínculo estatutário e vínculo empregatício; cargo público e emprego no setor privado; A ética profissional do servidor público.
* Os princípios norteadores do serviço público – legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência; poderes e deveres do administrador público; dever de agir, dever de eficiência, dever de probidade, dever de prestar contas; poder disciplinar, poder de polícia, poder discricionário.
* As diversas organizações do terceiro setor e suas especificidades.
* Globalização e neoliberalismo: desregulamentação, privatizações e abertura dos mercados de bens e de capitais; reorientação do papel do estado: da produção à regulação de bens e serviços; a defesa do interesse público na competição globalizada: Estado e agentes econômicos privados internacionais; novos princípios de gestão pública: planejamento participativo; democratização do Estado; promoção da cidadania. a nova orientação estratégica de governo federal: inclusão social e redução das desigualdades; crescimento econômico com geração de emprego e renda; promoção da cidadania e fortalecimento da democracia.

**Referências Básicas**

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade**: por uma teoria geral da política. Trad. Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Cap. 1, “A grande dicotomia: público/privado”, p. 13-31.

CARVALHO, Iuri M. O princípio da supremacia do interesse público sobre o privado: parâmetros para uma reconstrução. In: **Revista Diálogo Jurídico**, nº 16, Salvador, 2007. Disponível em: <<http://www.direitopublico.com.br/pdf/PrincípiodaSupremacia_ULTIMAVERSÂO.pdf>>. Acesso em: 18 jun. 2009.

Meirelles, Helly Lopes. **Direito administrativo brasileiro**. 14ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1989.

NASCIMENTO, Márcio G. O controle da administração pública no Estado de Direito. **Direitonet**, 2005. Disponível em: <<http://www.direitonet.com.br/artigos/x/20/23/2023/>>. Acesso em: 18 jun. 2009.

PÓ, Marcos V. & ABRUCIO, Fernando L. Desenho e funcionamento dos mecanismos de controle e accountability das agências reguladoras brasileiras semelhanças e diferenças. In: **RAP***,* nº 40 vol. 4, jul/ago 2006. p. 679-98.

**Referências Complementares**

ANDERSON, Perry. **Balanço do neoliberalismo.** In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

BOBBIO, Norberto et al. **Dicionário de política**. Brasília: Ed. UnB. 1986.

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade:** por uma teoria geral da política. Trad. Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Cap. 3, “Estado, poder e governo”, p. 53-133.

BORÓN, Atilo. Las 'reformas del estado' en América Latina: sus negativas consecuencias sobre la inclusión social y la participación democrática. In: **Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales**, 2004.

BRESSER PEREIRA, Luis Carlos. **A reforma do Estado nos anos 90**: lógicas e mecanismos de controle. Brasília: Mare, 1997.

\_\_\_\_\_\_. Da administração pública burocrática à gerencial, **Revista do Serviço Público.** Brasília: ENAP. Volume 120, n. 1, jan-abr, 1996.

DINIZ, Paulo. **Responsabilidade social empresarial e sociedade política**: elementos para um debate acerca da questão social no neoliberalismo. Monografia apresentada ao Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito para obtenção do título de bacharel em Ciências Sociais, Uberlândia, 2007. Capítulos 1 e 2. Disponível em: <<http://www.cadtm.org/IMG/pdf/031227boron.pdf>>. Acesso em: 18 jun. 2009.

FIORI, José Luis. **Em busca do dissenso perdido**: ensaios críticos sobre a festejada crise do Estado*.* Rio de Janeiro: Insight, 1995.

HARVEY, D. Neoliberalismo como destruição criativa. **InterfacEHS – Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente**. 2006. Disponível em: <http://www.interfacehs.sp.senac.br/images/artigos/74\_pdf.pdf>

HOBBES, Thomas. **Leviatã:** ou matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil. 2ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

MONTESQUIEU, Charles Louis de Secondat. **Do espírito das leis**. 2ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

PAES DE PAULA, Ana. Administração Pública Brasileira entre o Gerencialismo e a Gestão Social. In: **RAE**, FGV, Volume 45, Número 1, Jan/Mar 2005.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do contrato social***.* 4. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

SAES, Décio. A política neoliberal e o campo político conservador no Brasil atual. In: **República do capital** – capitalismo e processo político no Brasil. São Paulo, Bomtempo, 1998.

WEBER, Max. **Economia e sociedade***:* Fundamentos da sociologia compreensiva*.* 3. ed. Brasília: Editora UnB, 1994.

**Disciplina 3 – Desenvolvimento e Mudanças no Estado Brasileiro**

**Objetivo**

Essa disciplina tem por objeto levar o aluno a compreender como o Estado e a sociedade foram se modificando e desenvolvendo no Brasil, a partir da Primeira República, até chegar à conformação em que se encontram atualmente.

**Ementa**

A adequada compreensão de longos e complexos processos de transformação social, como os experimentados pelo Brasil desde a proclamação da República até os dias de hoje, repousa sobre um conjunto variado de saberes produzidos por diferentes disciplinas, como a história, a sociologia, a economia, a administração, o direito e a ciência política. Para que esses vários conhecimentos possam ser devidamente associados e adequadamente assimilados, faz-se necessária a adoção de uma perspectiva interdisciplinar e histórica afim de costurá-los com a linha do tempo. Assim, interdisciplinaridade e contextualização histórica são os eixos fundamentais que devem orientar o desenvolvimento desta disciplina.

Desenvolvimento econômico, mudança social e centralização e descentralização político-administrativas no Brasil: Da República oligárquica à República democrática do Século XXI .

* Federalismo e governo de elites na primeira República (ABRÚCIO, 1998, Cap 1; BRESSER-PEREIRA, 2001);
* Centralização, autoritarismo e políticas sociais no período Vargas (1930-1945) (SOUZA, 1976, Cap. IV; SANTOS, 1979, Cap. 4);
* Democracia e desenvolvimento sob a Segunda República (1946-1964) (SOUZA, 1976, Cap. V; LESSA, 1983, SOARES, 1973); e
* Autoritarismo e redemocratização (ABRÚCIO, 1998, Cap. 2; BRESSER-PEREIRA, 2001; SANTOS, 1979, Cap. 5; REIS, 1978; DINIZ, 1997).

**Referências Básicas**

ABRUCIO, Fernando L. **Os barões da federação**: os governadores e a redemocratização brasileira*.* São Paulo: HUCITEC, 1998.Cap. 2, “A passagem do modelo unionista-autoritário para o federalismo estadualista: a origem do novo poder dos governadores”, p.59-108.

BRESSER-PEREIRA Luiz C. Do estado patrimonial ao gerencial. In: Pinheiro, Wilheim e Sachs (Org.). **Brasil**: Um Século de transformações. São Paulo: Cia. das Letras, 2001. p. 222-259.

DINIZ, Eli. Governabilidade, democracia e reforma do Estado: os desafios da construção de uma nova ordem no Brasil dos anos 90. In: DINIZ, Eli; AZEVEDO, Sérgio de. (Org.). **Reforma do Estado e democracia no Brasil***.* Brasília: UnB, 1997.

FIGUEIREDO, Argelina; LIMONGI, Fernando. Partidos políticos na Câmara dos Deputados, 1989-1994. In: **DADOS***,* vol. 38, nº3, 1995.

LESSA, Carlos. **Quinze anos de política econômica**. 4ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.

MARTINS, Luciano. **Estado capitalista e burocracia no Brasil pós-64**. São Paulo: Paz e Terra, 1985.

OLIVEIRA, Francisco. **Crítica à razão dualista** **e o ornitorrinco**. S. Paulo: Boitempo, 2003.

SANTOS, Wanderley G. **Cidadania e justiça**. Rio de Janeiro: Campus, 1979. Cap. I e II.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. **Sociedade e política no Brasil.** São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1973.

SOUZA, Maria C. C. **Estado e partidos políticos no Brasil, 1930-1964.** São Paulo: Alfa-Ômega, 1976. Cap. IV, “Os mecanismo da centralização” p. 83-104.

**Referências Complementares**

ALMEIDA, Maria H. T. Federalismo e políticas sociais. In: **Rev. bras. Ci. Soc,** 1995, vol.10, n. 28, p. 88-108.

FLEURY, Maria T. Leme, FISCHER, Rosa M. **Cultura e poder nas organizações**. São Paulo: Atlas, 1997.

GOULART, Jefferson O. Orçamento participativo e gestão democrática no poder local.In: **Revista de Cultura e Política**, 2006, vol., n. 69.

LAMOUNIER, Bolívar; SOUZA, Amaury de. Democracia e reforma institucional no Brasil: uma cultura política em mudança. In: **Dados**, v.34, n.3, 1991, p.311-348.

LAVINAS, Lena; MAGINA, Manoel A.; COUTO E SILVA, Mônica. **Federalismo e regionalização dos recursos públicos.** Rio de Janeiro : IPEA, 1995. [Textos para discussão n. 369].

LIMA JUNIOR, Olavo Brasil. **Os partidos políticos brasileiros**: a experiência federal e regional, 1945-1964. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

QUEIRÓS, Maria Isaura Pereira de. O Coronelismo numa interpretação sociológica. In: **História geral da civilização brasileira**. São Paulo: DIFEL, 1975. Tomo III – O Brasil Republicano, Livro 1, 1975. Cap. 3.

REIS, Fábio Wanderley (Org.). **Os partidos e o regime**: a lógica do processo eleitoral brasileiro. São Paulo: Símbolo, 1978.

VELLOSO, João Paulo dos Reis (Org.). **Governabilidade, sistema político e violência urbana.**

Rio de Janeiro: José Olympio, 1994.

**Disciplina 4 – Políticas Públicas**

**Ementas**

Sociedade. Política. Política Pública. Análise política. Análise de políticas. As principais abordagens na análise de políticas públicas e o modelo sistêmico. A concepção do “ciclo da política”. Atores políticos (*stakeholders*). Interesses e expectativas. Poder e recursos de poder. Bem público. Escolha racional. Experiências inovadoras que criam novas esferas públicas de negociação e de participação popular: conselhos, redes, parcerias e novos arranjos institucionais no nível local de governo. A formação de agenda de políticas públicas. Tipos de demandas. Decisão. Não-decisão. Arenas políticas. Padrões de comportamento e interação dos atores. Modelos de análise do processo decisório: racional, organizacional e modelo da política burocrática. As lógicas do processo decisório: racional-compreensiva, incremental e *mixed-scanning*. Relações entre formulação e implementação. Modelos de implementação de políticas. Avaliação. Acompanhamento. Monitoramento. Pesquisa Avaliativa. Tipos de avaliação. Critérios de avaliação. Controle e avaliação de políticas públicas. Políticas Públicas: conceitos e evolução no Brasil. Regularidades das políticas públicas no Brasil. Novos papéis e responsabilidades dos entes federativos nas políticas públicas.

**Referências Básicas**

[ARRETCHE, Marta T. S.](http://www.scielo.br/cgi-bin/wxis.exe/iah/?IsisScript=iah/iah.xis&base=article%5edlibrary&format=iso.pft&lang=i&nextAction=lnk&indexSearch=AU&exprSearch=ARRETCHE,+MARTA+T.+S.) Políticas sociais no Brasil: descentralização em um Estado federativo. In: **Rev. bras. Ci. Soc***.*, Jun. 1999, vol.14, n. 40, p.111-141.

COTTA, Tereza Cristina. Metodologia de avaliação de programas e projetos sociais: análise de resultados e de impacto. In: **Revista do Serviço Público**, n. 2, abr-jun 1998.

COUTINHO, Luciano. Coréia do Sul e Brasil: paralelos, sucessos e desastres. In: FIORI, José Luís (Org.). **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. Petrópolis, Vozes, 1999.

DEMO, Pedro. **Política social, educação e cidadania**. Campinas: Papirus, 1996.

DERLIEN, Hans Ulrich. Una comparación internacional en la evaluación de las políticas públicas. In: **Revista do Serviço Público**, n. 1, jan-mar, 2001.

DRAIBE, Sônia Miriam. Qualidade de Vida e Reformas Sociais: O Brasil no Cenário Latino-Americano. **Lua Nova**, n. 31, 1993, p. 5-46.

\_\_\_\_\_\_. Uma Nova Institucionalidade das Políticas Sociais? Reflexões a propósito da experiência latino-americana recente de reformas e programas sociais. In: **São Paulo em Perspectiva**. Vol. 11, n. 4, out-dez 1997, p. 3-15.

DUNN, William N. **Public policy analysis**: An introduction. 3. ed. Upper Saddle River, New Jersey: Prentice-Hall, 2004.

DYE, Thomas R. **Understanding public policy**. 11. ed. Upper Saddle River, New Jersey: Prentice-Hall, 2005.

ELIAS, Paulo Eduardo. Reforma ou Contra-Reforma na Proteção Social à Saúde. **Lua Nova**, n. 40/41, 1997, p. 193-215.

FAGNANI, Eduardo. Política Social e Pactos Conservadores no Brasil: 1964-1992. In: **Cadernos FUNDAP** – Desafios da Gestão Pública Paulista. São Paulo: Fundap, set-dez, 1996, p. 59-102.

GARCIA, Ronaldo Coutinho. Subsídios para organizar avaliações da ação governamental. In: **Revista Planejamento e Políticas Públicas**. Brasília: IPEA, n. 23, jun., 2001.

LAURELL, Ana Cristina. Para um novo Estado de Bem-Estar na América Latina. **Lua Nova**, n. 45, 1998, p. 187-204.

LOBATO, Lenaura de Vasconcelos. Reforma do Estado no Setor de Saúde no Reino Unido e nos Estados Unidos. In: **Cadernos ENAP**, n. 13, 1997, p. 79-112.

MELLO, Guiomar Namo. Políticas Públicas de Educação. In: **Estudos Avançados** (USP), vol. 5, n. 13, 1991, p. 7-47.

MENY, Ives; THOENIG, Jean-Claude. **Las políticas públicas**. Madrid: Ariel, 1992.

MESA LAGO, Carmelo. Desarrolo social, reforma del Estado y de la seguridad social, al umbral del siglo XXI. In: **Revista del CLAD**: Reforma y Democracia. n. 15, outubro de 1999, p 7 – 70.

MILANI, Carlos R. S. Políticas públicas locais e participação na Bahia: o dilema gestão versus política. In: **Sociologias,** ano 8, n. 16, jul/dez 2006, p. 180-214.

MISHRA, Ramesh. **O Estado-providência na sociedade capitalista.** Portugal: Celta Editora, 1995.

NUNES, Edson. **A gramática política do Brasil**: Clientelismo e Insulamento Burocrático. Brasília: ENAP, 1997.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley. Educação: Um caminhar para o mesmo lugar. In: LESBAUPIN, Ivo (Org.). **O desmonte da nação**: Balanço do Governo FHC. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 133-152.

PATTON, Carl V.; SAWICKI, David S. **Basic methods of policy analysis and planning**. 2. ed. Upper Saddle River, New Jersey: Prentice-Hall, 1993.

RICO, Elizabeth Melo (Org.). **Avaliação de políticas sociais**. São Paulo: Cortez, 1999.

SAMPAIO Jr., Plínio de Arruda. O impasse da “formação nacional”. In: FIORI, José Luís (Org.). **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. Petrópolis: Vozes, 1999.

SANTOS, Wanderley G. **Cidadania e justiça**. Rio de Janeiro: Campus, 1979. Cap. 1 “Teoria social e análise de políticas públicas”, pp. 11-14, e Cap. 2 “Legislação, instituições e recursos da política social brasileira”, p. 15-44.

SUBIRATS, Joan. **Análisis de políticas públicas y eficácia de la Administración**. Madrid: Ministerio para las Administraciones Públicas, 1994.

VIANA, Ana Luiza. Abordagens metodológicas em políticas públicas. In: **Revista de Administração Pública**, vol. 30, n. 2, mar-abr 1996, p. 5-43.

**Referências Complementares**

CAVALCANTI, Paula Arcoverde. **Sistematizando e comparando os Enfoques de Avaliação e Análise de Políticas Públicas:** uma contribuição para a área educacional. Tese de Doutorado defendida na Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, 2007.

FREY, Klaus. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes á prática da análise de políticas públicas no Brasil. In: **Revista de Sociologia e Política**, v.17, n.15, nov, 2000.

HAM, Cristopher; HILL Michael. **O processo de elaboração de políticas no Estado capitalista moderno**. Campinas, 1996. (tradução para o português de The policy process in the modern capitalist state. Londres, 1993, sob a responsabilidade de Renato Dagnino para uso exclusivo dos alunos do Departamento de Política Científica e Tecnológica da Unicamp).

ROTH, André-Noël. **Políticas públicas**: formulación, implementación y evaluación. Bogotá: Ediciones Aurora, 2006.

SANTOS, Wanderley G. **Cidadania e justiça**. Rio de Janeiro: Campus, 1979. Cap. 4 “Teoria do laissez-faire repressivo à cidadania em recesso”, p. 71-82, e Cap. 5 “Acumulação e eqüidade na ordem autoritária brasileira”, p. 83-123.

**Disciplina 5 – Planejamento Estratégico Governamental**

**Ementa**

Introdução ao Planejamento Estratégico. Aspectos Gerais e Históricos. O Desenvolvimento Planejado. Evolução do Planejamento no Brasil. Abordagem Crítica do Modelo Brasileiro de Planejamento Governamental. Plano Plurianual.

**Referências Básicas**

ALMEIDA Paulo R. **A experiência brasileira em planejamento econômico**: uma síntese histórica, 2004. (Mimeo).

CRISTO, Carlos Manuel Pedroso Neves. Prospectiva estratégica: instrumento para a construção do futuro e para a elaboração de políticas públicas. **Revista do Serviço Público**, Ano 54, n.1, jan/mar, 2003.

ETKIN, Jorge. **Política, Gobierno y Gerencia de las Organizaciones**. Buenos Aires: Prentice Hall, 2000.

FISCHMANN, Adalberto A.; ALMEIDA, Martinho I. R. de. **Planejamento estratégico na prática**. São Paulo: Atlas, 1995.

LIMA, Blanca Olias de (Coord). **La Nueva Gestión Pública**. Madrid: Pearson Educación S.A., 2001.

MATUS Carlos. **O método PES**. São Paulo: Fundap, p. 51-100, 1995.

\_\_\_\_\_\_. **Adeus senhor presidente**: governantes governados. São Paulo: Fundap, p. 19-70, 1996.

MINTZEMBERG, Henry. **Safári de estratégia**. São Paulo: Bookman, 1999.

\_\_\_\_\_\_. **Ascensão e queda do planejamento estratégico**. São Paulo: Bookman, p. 183-256, 2004.

MINTZEMBERG, Henry; JORGENSE, Jan. Uma estratégia Emergente para la Política Publica. In: **Gestión y Política Pública**, v. 4, n. 1, México, primer semestre de 1995.

OLIVEIRA, Djalma de P. R. **Planejamento estratégico**: conceitos, metodologia, práticas. São Paulo: Atlas, 1988.

**Referências Complementares**

MATUS, Carlos. **Política planejamento e governo**. Brasília: IPEA, 1996.

OLIVEIRA, José A. P. Desafios do planejamento em políticas públicas: diferentes visões e práticas. In: **RAP**, Rio de Janeiro, n. 40, v. 1, p. 273-88, mar/abr, 2006.

**Disciplina 6 – O Estado e os Problemas Contemporâneos**

**Objetivo**

O objetivo desta disciplina é, a partir da análise do contexto brasileiro atual, colocar em destaque problemas de natureza política, social e econômica cujo equacionamento não poderá ocorrer sem uma ativa participação do Estado; seja por intermédio de políticas públicas focalizadas, seja através da geração de um ambiente que permita um processo de negociação mais adequado entre os atores com eles envolvidos.

Uma questão a tratar é o processo, que parece estar ocorrendo, de crescente apropriação do público pelo privado. Esclarecer as características desse processo e evidenciar os procedimentos envolvidos, a partir da consideração desse tipo de problemas, é um dos objetivos da disciplina.

**Ementa**

Problemas de cunho socioeconômico, como os relacionados à distribuição de renda e riqueza; à geração de trabalho e renda; à inclusão social; à realização de reformas; ao aumento da transparência e da participação popular, serão, muito provavelmente, priorizados. As trajetórias das políticas públicas concernentes a esses problemas, e os efeitos da inclusão da agenda neoliberal no seu processo de elaboração, serão estudadas a partir dos instrumentos usualmente empregados para analisar a conjuntura: reformas e coalizões.

* Tema com abrangência nacional, regional ou local definido pela Coordenação do Curso.

**Referências Básicas**

KLIKSBERG, Bernardo. **Falácias e mitos do desenvolvimento social**. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2001. Cap. 3 “Como reformar o estado para enfrentar os desafios sociais do século XXI?”, p. 69-103.

ITUASSU Arthur; ALMEIDA Rodrigo (Org.) **O Brasil tem jeito?** Vol. 2: educação, saúde, justiça e segurança. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

**Referências Complementares**

INSTITUTO DNA BRASIL. **50 brasileiros param para pensar a vocação do país**. São Paulo: Instituto DNA Brasil, 2005.

**Disciplina 7 – Elaboração de Indicadores**

**Objetivo**

O objetivo dessa disciplina é a de sistematizar as noções básicas e introduzir as potencialidades e limites da aplicação dos Indicadores nas diversas etapas do ciclo de formulação e avaliação de Políticas Públicas no Brasil. Ao apresentar as diferentes fontes de dados, pesquisas, relatórios sociais e sítios de informação estatística e indicadores procura-se oferecer aos estudantes os insumos básicos para elaboração de diagnósticos socioeconômicos abrangentes que subsidiam a proposição de programas sociais, bem como permitir a construção de sistemas de indicadores que viabilizem o monitoramento contínuo da ação governamental.

**Ementa**

As atividades de formulação, monitoramento e avaliação de políticas públicas vêm requerendo, em nível crescente, o uso de informações estatísticas e indicadores referidos às diferentes áreas de atuação governamental. Indicadores fornecem bases mais consistentes para justificar a demanda de recursos para um determinado projeto social a ser encaminhado a alguma instância de governo ou agência de fomento, para sustentar tecnicamente a relevância dos programas especificados nos Planos Plurianuais ou para monitorar periodicamente os efeitos da ação governamental. Diagnósticos socioeconômicos com escopo abrangente e com detalhamento geográfico adequado são insumos básicos para orientar o planejamento governamental e para formulação de programas públicos mais ajustados à natureza e gravidade dos problemas sociais vivenciados. Sistemas de Monitoramento, por sua vez, contribuem para a gestão mais eficiente dos programas sociais. Enfim, os indicadores socioeconômicos são a base informacional de Diagnósticos para Programas Sociais e Sistemas de Monitoramento.  
Além da aplicabilidade nas atividades inerentes à gestão de políticas públicas, nos últimos anos, os indicadores vêm sendo usados para conferir maior transparência, *accountability* e controle social do gasto público. Os órgãos de controle, como as controladorias e tribunais de contas, passaram a avaliar o desempenho dos programas e dos órgãos públicos com base não apenas na legalidade dos atos, mas nos indicadores de desempenho estabelecidos. Respondendo a essas demandas o IBGE, as agências e departamentos de estatísticas dos Ministérios e várias outras instituições públicas vêm produzindo e organizando um conjunto mais amplo de dados e indicadores sociais, econômicos e ambientais, disponibilizando-o em diferentes suportes e formatos como publicações, CD-ROMs e aplicativos de consulta na Internet.

Conceitos básicos sobre Indicadores Sociais:

* Introdução histórica;
* Indicadores Sociais: do conceito às medidas;
* Indicadores e os diagnósticos socioeconômicos;
* Principais Pesquisas e Fontes de Dados e de Indicadores Sociais;
* Principais produtores de dados e indicadores no Brasil;
* Os Censos Demográficos;
* As Pesquisas Amostrais e Institucionais do IBGE;
* Registros Administrativos, Cadastros Públicos e Dados de Programas;
* Introdução às fontes de dados e indicadores econômicos;
* Dados e Indicadores Econômicos;
* Principais boletins de conjuntura; e
* Principais pesquisas econômicas do IBGE.

**Referências Básicas**

FEIJÓ, C. et al. **Para entender a conjuntura econômica**. Barueri, Manole, 2008, p. 1-60.

GUIMARÃES, J. R. S.; JANNUZZI, P. M. IDH – Indicadores sintéticos e suas aplicações em políticas públicas**:** uma análise crítica. **Revista Brasileira**. Est. Urbanos e Regionais, Salvador, 7 (1):73-89, 2005.

JANNUZZI, Paulo M. **Indicadores Sociais**: conceitos básicos para uso na avaliação e formulação de políticas. Campinas: Alínea 2001, p.11-63.

\_\_\_\_\_\_; CAVATI SOBRINHO, H. **Informação econômica no Sistema Estatístico Brasileiro**. Bahia Análise & Dados, Salvador, v. 15, n. 1, p. 75-90, 2005.

SANTAGADA, S. **Indicadores** **sociais**: uma primeira abordagem histórica. Pensamento Plural, Pelotas [01]: 113-142, julho/dezembro, 2007.

**Referências Complementares**

CARDOSO, Regina L. S. **Elaboração de indicadores de desempenho institucional e organizacional no setor público**. São Paulo: CEPAM, 1999.

CARLEY, Michael. **Indicadores sociais**: teoria e prática. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

CASTRO, M. H. Sistemas nacionais de avaliação e informações educacionais. **Revista São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 121-128, 2000.

DEDDECA, Cláudio. Conceitos e estatísticas básicas sobre mercado de trabalho. In: Oliveira, C. A. B. et al. **Economia & Trabalho**: textos básicos. Campinas. Ed. Inst. Economia/UNICAMP, 1998.

GARCIA, R. C. **Subsídios para organizar avaliações da ação governamental**. Planejamento e Políticas Públicas, Brasília, 23-7:70,2001.  
HAKKERT, Ralph. **Fontes de dados demográficos**. Belo Horizonte, ABEP, 1996. Disponível em: <www.abep.org.br>. Acesso em: 22 jun. 2009.

IBGE. **Indicadores sociais municipais**. Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 22 jun. 2009.

\_\_\_\_\_\_. **Síntese de Indicadores Sociais**. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 22 jun. 2009.

\_\_\_\_\_\_. **Indicadores de Desenvolvimento Sustentável**. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 22 jun. 2009.

IPEA. **Boletim de Políticas Sociais**. Brasília, 2006.

\_\_\_\_\_\_. **Objetivos de Desenvolvimento do Milênio**: Relatório Nacional de Acompanhamento. Brasília, 2005. Disponível em: <[www.ipea.gov.br](http://www.ipea.gov.br)>. Acesso em: 22 jun. 2009.

JANNUZZI, P. M.; GRACIOSO, L. A produção e a disseminação da informação estatística pelas agências estaduais no Brasil. **Revista São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, v. 16, n. 3, p. 92-103, 2002.

JANNUZZI, P. M. Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. **Revista do Serviço Público**. Brasília 56 (2): 137-160, abr/jun 2005.

MENDONÇA, L. E.; SOUTO DE OLIVEIRA, J. **Pobreza e desigualdade**: repensando pressupostos. Observatório da Cidadania. Rio de Janeiro, n. 5, 2001.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Indicadores de atenção básica à Saúde**. Brasília: RIPSA, 2002.

NAHAS, M. I. P. et al. Metodologia de construção do Índice de Qualidade urbana dos municípios brasileiros. **Anais do XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais**. Caxambu, setembro de 2006. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006\_420.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2009.

PNUD. **Relatório do Desenvolvimento Humano**. Lisboa, 2007. Disponível em: <www.pnud.org.br>. Acesso em: 22 jun. 2009.

RATTNER, H. **Indicadores sociais e planificação do desenvolvimento**. 2007. Disponível em: <www.abdl.org.br/rattner>. Acesso em: 22 jun. 2009.

ROCHA, S. **Pobreza**: do que se trata afinal. Rio de Janeiro: FGV, 2003, p. 43-76.

SCANDAR, W. J.; JANNUZZI, P. M.; SILVA, P. L. N. **Sistemas de indicadores ou indicadores sintéticos**: do que precisam os gestores de programas sociais? Bahia Análise & Dados, Salvador, v. 17, n. 4, p. 1.191-1201, 2008.  
TORRES, H. G. Demografia urbana e políticas sociais. **Rev. Bras. Est. Pop**. São Paulo, v. 23, n. 1, p. 27-42, jan./jun. 2006.

**10.2. Área de Concentração: Gestão Pública Municipal**

10.2 Área de Concentração: Gestão Pública Municipal

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Ord.** | **Disciplina** | **Carga horária** |
| 1 | Plano Diretor e Gestão Urbana | 30 |
| 2 | Gestão Tributária | 30 |
| 3 | Gestão de Redes Públicas e Cooperação | 30 |
| 4 | Gestão Democrática e Participativa | 30 |
| 5 | Gestão Logística | 30 |
| 6 | Elaboração e Avaliação de Projetos | 30 |
| 7 | Processos Administrativos | 30 |
| **–** | **TOTAL DE HORAS DO MÓDULO** | **210** |

**10.2.1 Ementas e Bibliografia de Gestão Pública Municipal**

**Disciplina 1 – Plano Diretor e Gestão Urbana**

**Ementa**

Introdução ao Planejamento: para que planejar as cidades? Histórico do planejamento no Brasil: expressão territorial da desigualdade. O quadro urbano atual. O novo marco legal e instrumentos para planejar os municípios com participação popular: Constituição Federal, o Estatuto da Cidade, Resoluções do Conselho das Cidades. Constituição Estadual e Lei Orgânica Municipal. Planejamento participativo: construir cidades melhores e mais justas. Plano Diretor: A obrigatoriedade do Plano Diretor para os municípios; O que é um Plano Diretor; Conteúdo e Processo de elaboração do Plano Diretor Participativo; Responsabilidade do Poder Público e da Sociedade Civil. Implementação do Plano Diretor: Divulgação, Aplicabilidade, a reorganização interna da prefeitura. Gestão integrada e participativa do plano: monitoramento e Revisão do Plano Diretor.

**Referências**

CYMBALISTA, Renato, SANTORO, Paula et al. **Planejamento territorial e plano diretor participativo, 2005**: Caixa: Polis/Ministério das Cidades, 2005. Disponível em: <http://www.polis.org.br/publicacoes\_interno.asp?codigo=203>. Acesso em: 26 jun. 2009.

ESTATUTO DA CIDADE. Disponível em: <<http://www.estatutodacidade.org.br/>>. Acesso em: 26 jun. 2009.

GONDIM, Linda (Org.). **Plano diretor e o município**: novos tempos, novas práticas. Rio de Janeiro: IBAM, 1990.

MARICATO, Ermínia. “Sociedades Desiguais, cidades desiguais”. In: **BRASIL, cidades: alternativas para a crise urbana**. Petrópolis, Vozes, 2001.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Os vereadores no processo de elaboração dos planos diretores participativos**. Cartilha. Disponível em: <www.cidades.gov.br>. Acesso em: 2 fev. 2009.

\_\_\_\_\_\_. **Kit da campanha** **Plano Diretor Participativo, cidade de Todos**. Disponível em: <http://www.cidades.gov.br/secretarias-nacionais/programas-urbanos/programas/  
programa-de-fortalecimento-da-gestao-municipal-urbana/campanha-plano-diretor-  
participativo-1/kit-da-campanha-plano-diretor-participativo?searchterm=ki>. Acesso em: 2 fev. 2009.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. **Abraço da Paz**. Disponível em: <http://www.observatoriodasmetropoles.net/>. Acesso em: 26 jun. 2009.

PINHEIRO, Otilie Macedo. **Estatuto da cidade, o jogo tem novas regras**. Cartilha. Belo Horizonte: CREA-MG, 2002. Disponível em: <http://www.crea-mg.org.br/interna.aspx?id=4040&expand=0>. Acesso em: 2 fev. 2009.

PINHEIRO, Otilie Macedo (Coord.). **Acesso à terra urbanizada**: implementação de planos diretores e regularização fundiária plena.Florianópolis: UFSC, Ministério das Cidades, 2008.

PORTELA Eulalia Andréa Mendes et al. Planos diretores urbanos: limites dos instrumentos e desafios para a gestão urbana. In: **Anais do Seminário Internacional** – Gestão da terra urbana e habitações de interesse social. Campinas: FAU-PUC Campinas – Laboratório do Habitat/Instituto Pólis/Lincoln Institute of Land Policy, 2000. (CD-ROM).

RIBEIRO, L. C. Q.; CARDOSO, A. L. Plano diretor e a gestão democrática da cidade. In: **Reforma urbana e gestão democrática**: promessas e desafios do Estatuto da Cidade. Rio de Janeiro: Revan, Fase, 2003.

ROLNIK, Raquel et al. **Estatuto da cidade**: guia para implementação pelos municípios e cidadãos. 2. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2002. Disponível em: <http://www.polis.org.br/publicacoes\_interno.asp?codigo=160>. Acesso em: 2 fev. 2009.

ROLNIK, Raquel; CYMBALISTA Renato; NAKANO, Kazuo. **Solo urbano e habitação de interesse social**: a questão fundiária na política habitacional e urbana do país. São Paulo: Pólis. Disponível em: <http://www.polis.org.br>. Acesso em: 26 jun. 2009.

ROLNIK, Raquel; PINHEIRO, Otilie (Orgs). **Plano diretor participativo**:  
guia para elaboração pelos municípios e cidadãos. Brasília: Ministério das Cidades; Confea, 2005. Disponível em: <http://www.cidades.gov.br/secretarias-nacionais/programas-urbanos/programas/programa-de-fortalecimento-da-gestao-municipal-urbana/campanha-plano-diretor-participativo-1/kit-da-campanha-plano-diretor-participativo?searchterm=ki. Acesso em: 2 fev. 2009.

SOUZA, Marcelo Lopes de. In: **A prisão e a agora**: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades. Rio de Janeiro,Bertrand Brasil, 2006.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a cidade**: uma introdução crítica ao planejamento e a gestão urbanos. Marcelo Lopes de Souza. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2002.

VILLAÇA, F. Dilemas do plano diretor. In: **O município no século XXI**: cenários e perspectivas. São Paulo: Fundação Prefeito Faria Lima – CEPAM, 1999.

**Disciplina 2 – Gestão Tributária**

**Ementa**

Tributo: conceito e espécies. O sistema tributário e os princípios constitucionais. Lei Complementar e normas de Direito Tributário. Vigência, aplicação e interpretação. Obrigação tributária. A regra matriz de incidência tributária. Lançamento tributário. Responsabilidade Tributária. Imunidade. Isenção, anistia e remissão. Infrações, sanções e crimes tributários. Tributos em espécie: IPTU, ISS, ITBI, TFE, TFA, TRSD, TRSS, FISLURB, taxas de polícia diversas, contribuição de melhoria, contribuição para custeio de iluminação pública. Processo administrativo e judicial tributário. O sistema de gestão tributária do município. Sistema de tecnologia de informação e comunicação (TIC). Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN). Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU). Cadastramento de contribuintes. Atualização cadastral. Planejamento da ação fiscal. Emissão de autos de infração e a gestão de recursos administrativos. Acompanhamento e controle da receita própria municipal.

**Referências Básicas**

BULGARELLI, W. **Sociedades comerciais**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

CARVALHO, Fábio Junqueira; MURGEL, Maria Isabel. **Mini Reforma Tributária:** reflexões sobre a Lei nº 10.637/2002. São Paulo: Mandamentos, 2003.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. São Paulo: Atlas, 2000.

FABRETTI, L. C. Prática tributaria da micro e pequena empresa. São Paulo: Atlas, 2003.

HARADA, Kiyoshi. **Direito tributário municipal:** sistema tributário municipal. São Paulo: Atlas, 2005.

MEIRELLES, Ely Lopes. 1993. **Direito Municipal Brasileiro**. São Paulo, Malheiros, 2002.

OLIVEIRA, Regis Fernandes de. **Receitas Não Tributárias:** taxas e preços públicos. São Paulo: Malheiros, 2003.

PAULSEN, Leandro. Impostos: Federais, Estaduais e Municipais. São Paulo: Livraria do Advogado, 2004.

TÔRRES, Heleno Taveira (Coord.). **Leis Complementares em Matéria Tributária**. São Paulo: Manole, 2003.

**Disciplina 3 – Gestão de Redes Públicas e Cooperação**

**Ementa**

Desenvolvimento regional. Conceito e organização de redes. Estrutura, funcionamento e propriedades das redes. A colaboração entre estados e prefeituras para buscar ação grupal com vistas ao desenvolvimento sustentável, à preservação ecológica, ao respeito cultural e à equidade social. A transmissão do capital social (ou doenças transmissíveis) nas redes comunitárias. A estrutura ou a arquitetura mais eficiente para uma rede de organizações. Consórcios intermunicipais. Casos de redes estaduais e municipais. Alianças e parcerias. Concessões. PPPs. Consórcios.

**Referências Básicas**

BAKER, Wayne. The network organization in theory and practice. In: NOHRIA, Nitin; ECCLES, Robert G. (Ed.) **Networks and organizations**: structure, form, and action. Boston, Massachusetts: Harvard Business School Press, 1992, p. 397-429.

CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H. M. M. (Coords.). **Arranjos produtivos locais e as novas políticas de desenvolvimento industrial e tecnológico**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000.

MEYER-STAMER, Jörg. Estratégias de desenvolvimento local e regional: clusters, políticas de localização e competitividade sistêmica. **Fundação Friedrich Ebert Stiftung**. Policy Paper, n. 28, setembro de 2001, São Paulo, 2001.

MILES, Raymond E.; SNOW, Charles C. Network organizations: new concepts for new forms. In: **California management review**. California, vol. XXVIII, n. 3, p. 62-73, spring 1986.

TEIXEIRA, Francisco (Org). Gestão de Redes de Cooperação Interempresariais. São Paulo: Casa da Qualidade, 2004.

**Disciplina 4 – Gestão Democrática e Participativa**

**Ementa**

Fundamentos filosóficos, políticos e legais da gestão democrática no município. Processos e mecanismos da gestão democrática e participativa: plebiscito, referendo, leis de iniciativa popular, Conselhos Municipais. Relações da administração pública com os Conselhos Municipais. Metodologias de intervenção/participação dos Conselhos Municipais, instituições e movimentos sociais no planejamento municipal, com destaque para o orçamento. Discutir o significado da política de controle social, em articulação direta com as instâncias de participação popular: Conselhos Municipais com Conselhos Populares. Compreender o papel dos instrumentos de controle ditos oficiais: Tribunal de Contas e Ministério Público, detalhando suas funções e definindo estratégias de atuação da gestão transparente das políticas públicas de Estado, para, consequentemente, estabelecer uma melhoria da prática e do exercício do controle social.

**Referências Básicas**

ARANTES, Rogério Bastos. Direito e Política: o Ministério Público e a defesa dos direitos coletivos. In: **Rev. Brasileira de Ciências Sociais**, v. 14, n. 39, São Paulo, fev. 1999.

AVRITZER, Leonardo. Sociedade civil, instituições participativas e representação: da autorização à legitimidade da ação. In: **Dados**, v. 50, n. 3, Rio de Janeiro, 2007.

\_\_\_\_\_\_. Instituições participativas e desenho institucional: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático. In: **Opinião Pública** , v. 14, n. 1, Campinas jun. 2008.

AVRITZER, Leonardo. **Reforma Política e Participação no Brasil**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2006.

AZEVEDO, Sérgio de; PRATES, Antonio Augusto. Planejamento participativo, movimentos sociais e ação coletiva. In: **Ciências Hoje**, São Paulo: ANPOCS/Vértice, 1991.

BAQUERO, Marcello. Cultura política participativa e des-consolidação democrática: reflexões sobre o Brasil contemporâneo. In: **São Paulo em Perspectiva**, 2001, vol. 15, n. 4.  
Cartilha do Orçamento – ENAP.

DINIZ, Eli. Governabilidade, democracia e reforma do Estado: os desafios da construção de uma nova ordem no Brasil dos anos 90. In: DINIZ, Eli; AZEVEDO, Sérgio de. (Org.). **Reforma do Estado e democracia no Brasil**. Brasília: Ed. da UnB, 1997.

DOMBROWSKI, Osmir. Poder local, hegemonia e disputa: os conselhos municipais em pequenos municípios do interior. In: **Revista de Sociologia e Política** , v. 16, n. 30, Curitiba jun. 2008.

GOULART, Jefferson O. Orçamento participativo e gestão democrática no poder local. In: **Revista de Cultura e Política**, n. 69, 2006.

LAMOUNIER, Bolivar; SOUZA, Amauri de. Democracia e reforma institucional no Brasil: uma cultura política em mudança. In: **Dados**, v. 34, n. 3, 1991, p. 311-348.

MELO, Marcus André. Crise Federativa, Guerra Fiscal e ‘Hobbesianismo Municipal': efeitos perversos da descentralização? In: **São Paulo em Perspectiva**, 10 (3), 1996.

SANTOS, Boaventura de Souza (Org.). Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa. Porto Alegre: Afrontamento, 2003.

TATAGIBA, Luciana. Os Conselhos Gestores e a Democratização das Políticas Públicas no Brasil. In: DAGNINO, Evelina (Org.). **Sociedade Civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

SOUZA, Celina. Governos locais e gestão de políticas sociais universais. In: **São Paulo em Perspectiva**, vol. 18, n. 2, São Paulo, april/june, 2004.

SOUZA, Celina. Construção e Consolidação de Instituições Democráticas: papel do orçamento participativo. In: **São Paulo em Perspectiva**, dez 2001, vol. 15, n. 4, p. 84-97.

WAMPLER, Brian. A difusão do Orçamento Participativo brasileiro: "boas práticas" devem ser promovidas? In: **Opinião Pública**, vol. 14, n. 1, Campinas, jun. 2008.

**Referências Complementares**

BRASIL. **Lei nº 4.320/1964**. Disponível em: <http://www3.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/1964/4320.htm>. Acesso em: 26 jun. 2009.

\_\_\_\_\_\_. Lei Complementar nº 101/2000. Disponível em: < <http://www3.dataprev.gov.br/sislex/paginas/43/2000/101.htm>>. Acesso em: 26 jun. 2009.

\_\_\_\_\_\_. Lei nº 10.180/2001. Disponível em: < http://www.marco.artigo19.org/node/55>. Acesso em: 26 jun. 2009.

\_\_\_\_\_\_. [**Lei no 10.933,** de 11 de Agosto de 2004**.**](http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei%2010.933-2004?OpenDocument) Lei do PPA municipal. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/\_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.933.htm>. Acesso em: 26 jun. 2009.

\_\_\_\_\_\_. Presidência da República. Casa Civil. **Decreto nº 5.970**, de 25 de maio de 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/\_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5790.htm>. Acesso em: 26 jun. 2009.

\_\_\_\_\_\_. **Lei de Diretrizes Orçamentárias**. Disponível em: < http://www.tesouro.fazenda.gov.br/siafi/atribuicoes\_01\_02.asp>. Acesso em: 26 jun. 2009.

\_\_\_\_\_\_. **Lei Orçamentária Anual do município**. Disponível em: < http://www.tesouro.fazenda.gov.br/siafi/atribuicoes\_01\_03.asp>. Acesso em: 26 jun. 2009.

\_\_\_\_\_\_. **Lei Orgânica do Município:** dispositivos sobre tributação e orçamento. Disponível em: <www.rebidia.org.br/noticia1.html>. Acesso em: 26 jun. 2009.

CARDOSO, Fernando Henrique. Autoritarismo e Democratização. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

FREITAS, Mário S. N. Uma releitura do orçamento público sob uma perspectiva histórica. In: **Bahia Análise e Dados**. Salvador, vol. 12, n. 4, p. 9-24, março, 2003.

GARCIA, Ronaldo C. **Subsídios para Organizar as Avaliações da Ação Governamental**. Brasília: IPEA, 2001. [Texto para Discussão n. 776].

ARRETCHE, Marta. Federalismo e Políticas Fiscais no Brasil: problemas de coordenação e autonomia. In: **São Paulo em Perspectiva**, 18(2), 2004, p. 17-26. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\_arttext&pid=S0102-88392004000200003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 26 jun. 2009.

MARSHALL, T. H. Cidadania, Classe Social e Status. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1967.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. Conselhos Municipais. Orientações para a criação dos Conselhos Municipais. Disponível em: <www.cidades.gov.br/conselho-das-cidades/conselhos-municipais>. Acesso em: 26 jun. 2009.

SILVA, M. Z.; TOSI, A.; TATAGIBA, L. OLIVEIRA, B. P. C. Perfil dos Conselheiros da Prefeitura Municipal de Vitória (1984-2003). In: SILVA, Marta Z.; BRITO, Jr., Bajonas T. (Org.). **Participação Social na Gestão Pública**: olhares sobre as experiências de Vitória-ES. São Paulo: ANNABLUME, 2009, p. 99.

Disciplina 5 – Gestão Logística

**Ementa**

Introdução à Logística. Caracterização das Atividades Primárias e Secundárias da Logística. Nível de Serviço Logístico. Gestão de Compras. Gestão de Estoques. Processo de Negociação com Fornecedores.

**Referências Básicas**

ARNOLD, J. R. Tony. **Administração de materiais**. São Paulo: Atlas, 2002.

BALLOU, Ronald H. **Gerenciamento da Cadeia de Suprimentos**: Planejamento, organização e logística empresarial. Porto Alegre: Bookman, 2001.

BOWERSOX, D. J. CLOSS, D. J. **Logística Empresarial**: o processo de integração da cadeia de suprimento. São Paulo: Atlas, 2001.

CHRISTOPHER, Martin. O Marketing da Logística. São Paulo: Futura, 1999.

DIAS, Marcos Aurélio P. **Administração de Materiais**. São Paulo: Atlas, 1996.

MARTINS, Petrônio Garcia; ALT, Paulo Renato Campos. Administração de Materiais e Recursos Patrimoniais. São Paulo: Saraiva, 2002.

NOVAES, Antônio Galvão. **Logística e Gerenciamento da Cadeia de Distribuição**: Estratégia, Operação e Avaliação. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2001.

VIANA, João José. **Administração de Materiais**: um enfoque. São Paulo: Atlas, 2001.

**Referências Complementares**

ARAÚJO, J. S. de. **Almoxarifados:** administração e organização. São Paulo: Atlas, 1981.

\_\_\_\_\_\_. **Administração de materiais**. São Paulo: Atlas, 1997.

\_\_\_\_\_\_. **Administração de compras e armazenamento**. São Paulo: Atlas, 1998.

BALLOU, Ronald H. **Logística Empresarial**. São Paulo. Atlas, 1993.

BRASIL. **Constituição da Republica Federativa do Brasil (CF/88)**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2005.

\_\_\_\_\_\_. **Lei de Licitações nº 8.666/93**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2005.

\_\_\_\_\_\_. **Lei nº 101/2000**, de Responsabilidade Fiscal (CF/88). São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2005.

DIAS, M. A. P. **Administração de materiais**: uma edição compacta. São Paulo: Atlas, 1996.

\_\_\_\_\_\_. **Administração de materiais**: uma abordagem logística. São Paulo: Atlas 1998.

GIACOMONI, James. **Orçamento Público**. São Paulo: Atlas, 2003.

KOHAMA, Heilio. **Contabilidade Pública**: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2003.

SILVA, Lino Martins da. **Manual de Contabilidade Pública**: um Enfoque Administrativo . São Paulo: Atlas, 2004.

ROSA, Márcio Fernando Elias. **Direito administrativo**. São Paulo: Saraiva, 2006.

VIANA, João José. **Administração de materiais**. São Paulo: Atlas, 2002.

**Disciplina 6 – Elaboração e Avaliação de Projetos**

**Ementa**

Compreender como e em quais contextos a elaboração e estruturação de projetos contribuem para gestão pública municipal e desenvolvimento local. Construir os conceitos e indicar algumas ferramentas existentes para elaboração de projetos. Discutir qual a utilidade e em qual contexto o projeto deve ser estruturado. Apontar as etapas de um projeto. Conhecer a lógica interna e discutir as consistências pertinentes ao projeto. O papel do gestor municipal, a gestão, o monitoramento, a avaliação, a conclusão de um projeto e os encaminhamentos a serem realizados em seu término.

**Referências Básicas**

ARMANI, Domingos. **Como Elaborar Projetos?** Guia Prático para Elaboração e Gestão de Projetos Sociais. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2000.

BROSE, Markus. **Introdução à moderação e ao método ZOPP**. Recife: GTZ, 1993.

COHEN, Ernesto; FRANCO, Rolando. **Avaliação de projetos sociais**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

DROR, Yehezkel. **A Capacidade para governar**:informe ao Clube de Roma. Tradução Carolina Andrade. São Paulo: FUNDAP, 1999.

GTZ. **Planejamento de Projeto Orientado por Objetivos**: método ZOPP. Recife: GTZ/ SUDENE/IICA, 1993.

HUERTAS, Franco. **O método PES**: entrevista com Matus. São Paulo: FUNDAP, 1996.

MATUS, Carlos. **Adeus, senhor presidente**: Governantes e Governados. São Paulo: FUNDAP, 1996.

*\_\_\_\_\_\_.* **Estratégias Políticas: Chimpanzé, Maquiavel e Gandhi**. Tradução Giselda Barroso Sauveur. São Paulo, FUNDAP, 1996.

MELNICK, Julio. **Manual de projetos de desenvolvimento econômico** (Nações Unidas). Rio de Janeiro: Unilivros, 1981.

**Disciplina 7 – Processos Administrativos**

**Ementa**

Abordagens conceituais sobre processos; organizações e suas múltiplas configurações; tipos de organização e suas respectivas orientações para processos; critérios de interdependência (visões: tradicional, contemporânea e inovadora); organizações públicas e suas configurações. Identificação de processos; ferramentas para identificação e mapeamento de processos; padrões para fluxogramação; metodologia para mapeamento de processos; a importância do fator documentação e a necessidade de capacitação e qualificação de pessoas.

**Bibliografia Básica**

MINTZBERG, H. **Criando Organizações Eficazes**: estruturas em cinco configurações. São Paulo; Atlas, 1995.

ROBBINS, S. P. **O Processo Administrativo**: integrando teoria e prática. São Paulo; Atlas, 1981;

**Bibliografia Complementar**

HARVARD B. R. **Processo decisório**: os melhores artigos da Harvard Business Review. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006;

MATIAS-PEREIRA, J. **Manual de gestão pública contemporânea**. São Paulo: Atlas, 2008;

MORGAN, G. **Imagens da organização**. São Paulo: Atlas, 1996.

NADLER, D. **Arquitetura organizacional**: a chave para a mudança empresarial. Rio de Janeiro: Campus, 1993.

ROBBINS, S. P. **Administração**: mudanças e perspectivas. São Paulo: Saraiva, 2005;

RUMMLER, G. A. BRACHE, A. P. **Melhores desempenhos das organizações**: uma abordagem prática para transformar organizações através da reengenharia. São Paulo: Makron Books, 1994.

1. **CORPO DOCENTE**

**Módulo Básico**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **DOCENTE**  **(Coordenador da disciplina)** | **TITULAÇÃO** | **ÁREA / INSTITUIÇÃO** | **DISCIPLINA** |
| Pablo Boaventura | Me | Externo | Introd. à Educação à distância |
| Fábio Moura | Dr | DEE/UFS | Estado, Governo e Mercado |
| Sílvio Sobral | Me | Externo | O Público e o privado na gestão pública |
| Fernanda Espiridião | Dr. | DEE/UFS | Desenvolvimento e mudanças no Estado |
| Ulisses Pereira Ribeiro | Me | Externo | Políticas Públicas |
| Kleverton Melo de Carvalho | Me | DAD/UFS | O Estado e os problemas contemporâneos |
| Marco Antônio Jorge | Dr | DEE/ UFS | Elaboração de indicadores |
| Adriano Rocha | Me | DAD/ UFS | Planejamento estratégico governamental |

**Módulo Específico**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **DOCENTE**  **(Coordenador da disciplina)** | **TITULAÇÃO** | **ÁREA / INSTITUIÇÃO** | **DISCIPLINA** |
| Glessia Silva | Dra | DAD/UFS | Metodologia Científica |
| Kleverton Melo de Carvalho | Me | DAD/UFS | Plano Diretor e Gestão Urbana |
| Sirley Maclaine da Graça | Me | DCC/UFS | Gestão Tributária |
| Rosangela Sarmento | Dra | DAD/UFS | Gestão de Redes Públicas e Cooperação |
| Valdice Queiroz | Me | Adm/Itabaiana | Gestão Democrática e Participativa |
| Marcos Zambanini | Dr | DAD/UFS | Gestão Logística |
| Diego Araújo Reis | Me | Externo | Elaboração e Avaliação de Projetos |
| Rubia Oliveira Correa | Dra | DAD/ UFS | Processos Administrativos |

1. **METODOLOGIA**

O Curso de Especialização em Gestão Pública será ofertado na modalidade a distância.

A Educação a Distância (EaD) não deve ser reduzida a questões metodológicas, ou de gerenciamento, ou como possibilidade apenas de emprego de Novas Tecnologias da Comunicação (NTCs) na prática docente e no processo formativo dos estudantes.

Não existe uma metodologia de Educação a Distância (EaD) e menos ainda um “modelo” único de oferta de cursos a distância. Cada instituição, ao longo desses anos, vem construindo sua experiência em EaD e amoldando a modalidade, dando-lhe uma cara própria, calcada na realidade local e na trajetória da instituição e dos profissionais que atuam na EaD.

Por isso, nesse projeto não cabe definir aspectos procedimentais e de organização do curso, isso será definido no projeto pedagógico de cada instituição. O que podemos acenar aqui são aspectos gerais sobre a modalidade de EaD, em sua dimensão conceitual e de gestão, para garantir qualidade na formação dos cursistas desse curso de especialização.

**A organização do sistema de EaD**

Estamos vivendo um período histórico de “crise”, de “transição”, onde modelos e paradigmas tradicionais de compreensão e explicação da realidade estão sendo revistos enquanto outros estão emergindo. As teorias clássicas no campo da educação não dão mais conta da complexidade do fenômeno e da prática educativa.

O paradigma positivista precisa ser totalmente substituído por um outro ou outros. Os atuais paradigmas educacionais falam da necessidade da participação, da construção do conhecimento, da autonomia de aprendizagem, de currículo aberto, de redes de conhecimentos, da interconectividade dos problemas, das relações.

A EaD, neste sentido, oferece possibilidades de uma nova prática educativa e social, por suas características e sua forma de organizar a aprendizagem e os processos formativos.

Exige, pois, uma organização de apoio institucional e uma mediação pedagógica que garantam as condições necessárias à efetivação do ato educativo. Pois, na EaD, quem ensina não é um professor, mas uma instituição”. Trata-se de uma ação mais complexa e coletiva em que todos os sujeitos do processo ensino e aprendizagem estão envolvidos direta ou indiretamente: de quem vai conceber e elaborar o material didático a quem irá cuidar para que este chegue às mãos do estudante, do coordenador de curso ao orientador (tutor), do autor ao tecnólogo educacional (instrucional designer), do editor ao artista gráfico (web designer).

A EaD deve ser pensada, então, e implementada pela “instituição ensinante” numa perspectiva sistêmica. A metáfora da rede traduz bem esta nova visão da organização do trabalho pedagógico.

* O estudante: aluno matriculado no curso e que irá estudar “a distância”;
* O Centro de Educação Superior a Distância (CESAD): em que atua a equipe pedagógica do curso, composta por professores e técnicos de diferentes áreas do conhecimento, responsável pela gestão do projeto pedagógico do curso e/ou da modalidade;
* 3 Pólos de Apoio Presencial, onde se oferece ao cursista estrutura de apoio ao desenvolvimento de suas atividades no curso.

**A EQUIPE**

A equipe será composta por 1 coordenador de curso, 1 coordenador de tutoria, 1 coordenador por disciplinas e os tutores (1 para cada 25 alunos). A discriminação das funções de cada um está descrita abaixo:

**Coordenação do curso:**

No desenvolvimento do curso, os coordenadores das disciplinas e tutores são responsáveis pelo acompanhamento e avaliação do percurso de cada aluno sob sua orientação. Além disso, deve estimular, motivar e, sobretudo, contribuir para o desenvolvimento da capacidade de organização das atividades acadêmicas e de auto-aprendizagem.

O coordenador atua nos Polos e são responsáveis pelos procedimentos administrativos e apoio pedagógico. De modo detalhado, suas atividades serão:

1. Planejar, coordenar, acompanhar e avaliar o curso;
2. Elaborar a documentação no que concerne aos cursos a distância da UFS e junto ao MEC;
3. Participar das reuniões dos grupos relacionados ao curso;
4. Auxiliar o CESAD no processo de autorização do curso;
5. Participar das solenidades oficiais referentes a esta modalidade de curso;
6. Coordenar visitas técnicas e atividades presenciais;
7. Acompanhar o trabalho dos coordenadores e tutores por meio de reuniões sistemáticas;
8. Acompanhar os alunos no processo de ensino-aprendizagem;
9. Aplicar o regulamento de ensino;
10. Organização da seleção e oferta das disciplinas;
11. Capacitação dos tutores juntamente com os coordenadores das disciplinas;
12. Manutenção da infraestrutura;
13. Distribuição do material didático;
14. Incentivar, comunicar, solucionar problemas, de modo geral;

**Coordenadores dos tutores**

A coordenadora e suas funções serão:

1. Atuar nos Polos como responsável pela infraestrutura do curso;
2. Mediar comunicação entre tutor e coordenador de disciplina;
3. Acompanhar o trabalho dos tutores com o aluno via plataforma virtual, quanto à frequência, qualidade da interação, cumprimento das horas mínimas de atuação *on line* e prestreza nas respostas às demandas dos alunos;
4. Reunir semanalmente os tutores para discutir o andamento do curso;
5. Participar das reuniões pedagógicas;
6. Participar dos encontros presenciais;
7. Reunir, quando necessário, tutor e coordenador da disciplina para discutir o processo de ensino-aprendizagem;
8. Buscar/propor soluções para os problemas de interação encontrados, juntamente com o tutor, coordenador da disciplina, coordenador do curso e coordenador da UAB;
9. Receber solicitações e reclamações dos alunos e encaminhá-las aos tutores e coordenadores das disciplinas;
10. Auxiliar os tutores e coordenadores das disciplinas na definição de mecanismos tecnológicos de registro e acompanhamento das atividades no ambiente moodle e outras ferramentas;
11. Comunicar mensalmente, ou sempre que solicitado, o andamento dos trabalhos aos coordenadores de curso e das disciplinas;
12. Coordenar o processo de seleção de tutores.

**Coordenadores das disciplinas**

1. Elaborar o planejamento acadêmico da disciplina, divulgando-o na plataforma *moodle*;
2. Atualizar a página na plataforma *moodle;*
3. Propor atividades de multimídias no planejamento acadêmico;
4. Acompanhar as atividades propostas na plataforma *moodle;*
5. Atualizar constantemente o material – apostila e textos;
6. Elaborar atividades a distância e provas presenciais. Acompanhar e intervir no processo de avaliação;
7. Desenvolver atividades de apoio presencial nos Pólos, pelo menos 1 vez por mês ou, a pedido do CESAD e/ou coordenador do curso;
8. Acompanhar a frequência de acesso;
9. Participar das reuniões pedagógicas;
10. Participar os encontros presenciais;
11. Reunir-se a cada 15 dias com os tutores e monitorar constantemente o acesso e a execução das tarefas dos alunos;
12. Visitar os Polos no período inicial e final e nos dias da avaliação de sua disciplina;
13. Participar das capacitações promovidas pelo CESAD;
14. Orientar os trabalhos de conclusão de curso (TCC), juntamente com os tutores;
15. Acompanhar o trabalho de interação do tutor a distancia com o aluno na plataforma *moodle* quanto à frequência, qualidade e presteza;
16. Conversar com o coordenador do curso sobre as questões pertinentes à disciplina e ao curso como um todo;
17. Ouvir, resolver problemas, atualizar e aprimorar a disciplina.

**Tutores**

O tutor é um orientador pedagógico e tem a função de acompanhar o processo de ensino-aprendizagem

O tutor, paradoxalmente ao sentido atribuído ao termo “distância”, deve estar permanentemente em contato com o aluno, mediante a manutenção do processo dialógico, em que o entorno, o percurso, expectativas, realizações, dúvidas, dificuldades sejam elementos dinamizadores desse processo.

Haverá 1 tutor a distância para cada 25 alunos. Nos Polos haverá 1 tutor presencial.

São atividades dos tutores:

a. Orientar e acompanhar a frequência na plataforma *Moodle* dos alunos nas atividades

propostas pelos professores;

b. Corrigir as avalições das atividades propostas nas disciplinas;

c. Auxiliar na busca de solução de dúvidas;

d. Dar retorno sobre as avaliações realizadas;

e. Participar das reuniões previamente agendadas, presenciais ou não, com professores,

tutores à distância, coordenação do curso, coordenação do Polo e coordenação do

CESAD/UFS;

f. Desenvolver atividades de acordo com o planejamento e cronograma do curso em sua

jornada de 20 horas semanais de trabalho;

g. Acompanhar os alunos nas atividades que serão realizadas presencialmente;

h. Orientar os alunos na busca das informações necessárias para a organização dos

estudos;

i. Enviar relatório sobre as atividades realizadas pelos alunos ao coordenador de tutoria do

curso;

j. Manter a comunicação entre alunos e coordenadores de tutorias;

k. Participar das capacitações propostas pelo CESAD.

O tutor deve ter disponibilidade de horários, dentro de sua carga horária, para atender aos

alunos em qualquer dos turnos, conforme cronograma de cada curso, e em finais de semana,

totalizando 20hs de trabalho semanais;

O tutor deve trabalhar em equipe, colaborando nas atividades com os demais tutores,

alunos, professores por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem (*Moodle*)do curso.

As atividades congêneres serão descritas no Termo de Compromisso.

Figura 1: Componentes da ação formativa no curso de Especialização em Gestão Pública - a distância

## IPES

**UAB**

**Núcleo de EaD e**

**Centros de Apoio**

## ALUNOS

## Material Didático

**Professores autores das apostilas**

* Concepção do curso
* Elaboração do material didático
* Acompanhamento e Avaliação
* Pesquisa

**Tutores e coordenadores de disciplinas**

### *Quanto ao sistema*:

* Concepção do curso
* Planejamento
* Acompanhamento
* Gestão do sistema
* Avaliação e Pesquisa

*Quanto aos sujeitos envolvidos - Funções*

* Didática
* Orientadora
* Avaliadora

*Quanto ao aprendente - Apoio*

* Cognitivo
* Pedagógico
* Metacognitivo
* Motivacional
* Social

-Equipe Pedagógica

- Colegiados

Faculdade

Instituto

Pesquisadores

-Equipe Apoio

Fonte: PRETI, 1996 (adaptação).

Assim organizada, a Instituição poderá oferecer saber atualizado (filtrando o mais válido das recentes produções científicas), dando prioridade aos conhecimentos instrumentais (“aprender a aprender”), visando educação permanente do cidadão e estando compromissada com o meio circundante.

Para tal, nessa organização devem estar presente constantemente:

* A estrutura organizativa, composta pelos sub-sistemas de concepção, produção e distribuição dos materiais didáticos, de gestão, de comunicação, de condução do processo de aprendizagem e de avaliação, e os Pólos de Apoio Presencial.
* A comunicação: que deverá ser multidirecional, com diferentes modalidades e vias de acesso. A comunicação multimídia, com diversos meio e linguagens, exige, como qualquer aprendizagem, uma implicação consciente do aprendiz, uma intencionalidade, uma atitude adequada, as destrezas e conhecimentos prévios necessários. Os materiais utilizados também devem estar adequados aos interesses, necessidades e nível dos alunos.
* O trabalho cooperativo: somos frutos de uma formação que privilegiou o individualismo e a competição. Na modalidade a distância, o que há, na maioria das vezes, são trabalhos de parcerias entre diferentes profissionais (professores, web designer, tecnólogos educacionais, outros), com muita pouca interação e diálogo. A ação pedagógica e a construção de conhecimento, numa perspectiva heurística e construtiva, devem se sustentar sobre o alicerce do trabalho colaborativo ou cooperativo, na construção de uma rede ou de uma “comunidade de aprendizagem”.

Na figura 2, mostra-se o caminho proposto a ser percorrido pelo aluno.

Figura 2: Percurso do estudante

## ALUNO

**Processo de aprendizagem**

* Materiais impressos
* Textos Na plataforma moodle
* Biblioteca
* Curso presencial e
* “a distância”
* Encontros com tutores e professores das disciplinas (presencial e/ou a distância)
* Verificações de aprendizagem
* Seminários Integradores
* Atividades de aprendizagem propostas no material didático
* Presencial; por telefone
* Mediada pelo computador
* Videoconferência
* Via Fax, correio

##### Material Didático

##### Orientação

##### Avaliação

##### Comunicação

# Superação das

etapas estabelecidas

## Conclusão do percurso

* Mudança de atitudes
* Novas habilidades
* Impacto no sistema / na gestão pública

*Prática transformada e transformadora*

* Matrícula
* Orientações iniciais (Projeto do curso e EaD)
* Entrega do material didático e de Orientações Acadêmicas

Fonte: PRETI, 1996 (adaptação).

É importante frisar que todos os passos e etapas do curso são planejados pela equipe pedagógica com antecedência e que os estudantes devem ser informados desde o início de seu percurso. Por isso, ao matricular-se, o estudante recebe o Projeto Pedagógico do curso contendo todas as informações referentes ao curso e à modalidade e o calendário do semestre.

Cada disciplina tem momentos presenciais e a distância. No momento a distância, o aluno lê o Texto de Apoio, tendo que apresentar atividades de aprendizagem em que evidencia sua compreensão dos conteúdos estudados e sua aplicação no campo da Gestão Pública.

Nos Encontros Presenciais, que podem ocupar **um dia ou um dia e meio**, são realizadas as avaliações da disciplina, por meio de provas subjetivas, ou exposição de trabalhos, ou realização de oficinas. Na véspera da avaliação, como momento de fechamento da disciplina, pode-se organizar um encontro dos alunos com o professor responsável pela mesma. Aproveita-se a presença dos alunos para discussão temática com o tutor e o coordenador da disciplina que será oferecida em seguida.

O aluno enviará as atividades e manterá contato com o tutor e o coordenador da disciplina utilizando sempre o ambiente virtual de aprendizagem, para que tudo fique registrado no sistema, evitando dissabores, muito comuns quando se utiliza outra rede de comunicação, como o correio eletrônico.

Caso o trabalho apresentado ou a avaliação escrita não atender aos requisitos mínimos estabelecidos, o tutor indicará ao aluno literatura complementar que o auxilie a completar sua compreensão sobre o tema em estudo. O aluno deverá rever o trabalho ou se submeter a outra avaliação até o final da disciplina seguinte. Aconselha-se não deixar o aluno se apresentar nos Encontros Presenciais com mais do que duas avaliações.

No desenvolvimento do curso, são oferecidos aos alunos suportes administrativo, pedagógico, cognitivo, metacognitivo, motivacional, propiciando-lhe clima de auto-aprendizagem e oferecendo, assim, ensino de qualidade.

A modalidade a distância, portanto, não deve ser pensada como algo à parte da organização de ensino. É necessário que o aluno compreenda que Educação a Distância é educação permanente, contínua e que, dadas suas características, se faz imprescindível a organização de um sistema que ofereça ao estudante as condições para que o mesmo efetue sua formação profissional.

**A organização do curso**

A Educação a Distância, embora prescinda da relação face-a-face em todos os momentos do processo ensino e aprendizagem, exige relação dialógica efetiva entre alunos, professores e orientadores. Por isso, impõe uma organização de sistema que possibilite o processo de interlocução permanente entre os sujeitos da ação pedagógica.

Dentre os elementos imprescindíveis ao sistema estão:

* A implementação de uma rede que garanta a comunicação entre os sujeitos do processo educativo;
* A produção e organização de material didático apropriado à modalidade;
* Processos de orientação e avaliação próprios;
* Monitoramento do percurso do estudante;
* Criação de ambientes virtuais que favoreçam o processo de estudo dos alunos.

Para o curso de Especialização em Gestão Pública, na modalidade a distância, a estrutura e organização do sistema que dá suporte à ação educativa prevêem:

**Rede Comunicacional**

Torna-se necessário o estabelecimento de uma rede comunicacional que possibilite a ligação os Pólos onde o curso e a UFS. Para tanto, é imprescindível a organização de estrutura física e acadêmica.

**Produção de Material Didático**

O material didático do curso, no âmbito da proposta curricular, configura-se como um dos dinamizadores da construção curricular e também como um balizador metodológico. É mediante o material didático que são feitos os recortes das áreas de conhecimento trabalhadas no curso, além do direcionamento metodológico proposto fazendo recurso aos conceitos de historicidade, construção e diversidade.

Cabe ressaltar que o MEC já providenciou a produção do material didático do curso, inclusive os textos e vídeos estão disponíveis, neste primeiro momento, para os coordenadores de curso.

**Processos de orientação e avaliação**

São processos que, na EAD, não há como separá-los, pois a avaliação é realizada pelo sujeito que acompanha e orienta o estudante em seu estudo e aprendizagem.

O coordenador das disciplinas devem participar da discussão, com os tutores responsáveis, a respeito dos conteúdos a serem trabalhados, do material didático a ser utilizado, da proposta metodológica, do processo de acompanhamento e avaliação de aprendizagem e dos seminários integradores.

**O Processo de avaliação da aprendizagem**

O processo de avaliação de aprendizagem na Educação a Distância, embora possa se sustentar em princípios análogos aos da educação presencial, requer tratamento e considerações especiais em alguns aspectos.

Primeiro, porque um dos objetivos fundamentais da Educação a Distância deve ser a de obter dos alunos não a capacidade de reproduzir idéias ou informações, mas sim a capacidade de produzir e reconstruir conhecimentos, analisar e posicionar-se criticamente frente às situações concretas que se lhes apresentem.

Segundo, porque no contexto da EaD o aluno não conta, comumente, com a presença física do professor. Por este motivo, faz-se necessário desenvolver métodos de estudo individual e em grupo, para que o acadêmico possa: buscar interação permanente com os colegas, tutores e coordenadores das disciplinas todas as vezes que sentir necessidade; obter confiança e auto-estima frente ao trabalho realizado; desenvolver a capacidade de análise e elaboração de juízos próprios.

Nesse sentido, a relação teoria-prática coloca-se como imperativo no tratamento do conteúdo selecionado para o curso e para a relação tutor-aluno, mediada por textos, é fundamental.

O que interessa, portanto, no processo de avaliação de aprendizagem é analisar a capacidade de reflexão crítica dos alunos frente a suas próprias experiências, a fim de que possam atuar, dentro de seus limites, sobre o que os impede de agir para transformar aquilo que julgam limitado em termos das políticas públicas e dos processos de gestão.

Embora a avaliação se dê de forma contínua, cumulativa, descritiva e compreensiva, é possível particularizar três momentos no processo:

* O acompanhamento do percurso de estudo do aluno, mediante diálogos;
* Produção de trabalhos escritos, que possibilitem sínteses dos conhecimentos trabalhados;
* Desenvolvimento e apresentação de resultados de pesquisas realizadas ao longo dos dois módulos.

**Interdisciplinaridade**

A interdisciplinaridade deve ser construída pela equipe pedagógica na organização curricular do curso, desenvolvida pelos professores autores no material didático, materializada e vivida pelos orientadores e estudantes nos Seminários Integradores. Tem-se como objetivo principal propiciar ao estudante abordagem integradora entre os conteúdos das diferentes áreas de conhecimento e diante de uma realidade sistêmica e complexa.

1. **INFRA-ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E DE ENSINO E PESQUISA**

Os Encontros Presenciais acontecerão nas instalações dos Pólos de Apoio Presencial em São Cristóvão, Estância e Laranjeiras já instalados, abrigando outros cursos. Cada Pólo conta com laboratório de computação, com acesso a web (banda larga), bem como de projetores multimídia, aparelhos de TV e DVD e retroprojetores, além de biblioteca.

Os Pólos tem infra-estrutura composta por salas da coordenação, dos docentes (1 por Pólo), secretaria com todo apoio administrativo, sala de reuniões, laboratório de informática. Há 2 Laboratórios de informática. E cada Pólo tem o acervo de livros. Além disso, os alunos terão acesso ao acervo de livros e periódicos da UFS.

**SELEÇÃO**

Cada IPES tem suas próprias normas de seleção. A admissão ao Curso será feita mediante processo público de seleção regulamentada por edital específico. Como diretriz, a seleção abrangerá duas dimensões: análise do *curriculum vitae* e análise do plano profissional, segundo os critérios abaixo. O plano profissional deve ter, no máximo, uma lauda explicitando os motivos de interesse pelo curso, correlacionando-os aos seus projetos de vida/profissional.

1. **AVALIAÇÃO E CONTROLE DE FREQUÊNCIA**

A avaliação é um processo contínuo, cumulativo, descritivo, compreensivo, cujo objetivo principal é possibilitar aos sujeitos da prática educativa (professores, estudantes, orientadores, coordenadores) acompanharem o desenvolvimento do Projeto Pedagógico.

Nesse sentido, pressupõe análises e reflexões relativas às dimensões estruturais e organizacionais do projeto, numa abordagem didático-pedagógica, como também as dimensões relativas aos aspectos políticos do processo de formação.

Cada conteúdo (disciplina) terá um valor expresso em horas de aula. A carga horária relativa a cada conteúdo só será conferida ao estudante que obtiver conceito mínimo “C”, de acordo com a escala:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| Nota | | | Conceito | |
| 90 | a | 100 | A | Excelente |
| 80 | a | 89 | B | Bom |
| 70 | a | 79 | C | Regular |
| 0 | a | 69 | D | Insuficiente |

1. **OFERTA DAS DISCIPLINAS**

**1ª Etapa - Módulo Básico**

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  | **CH** | **JAN** | **FEV** | **MAR** | **ABR** | **MAI** | **JUN** | **JUL** |
| 1 | Introdução a Educação a Distância | 30 |  |  |  |  |  |  |  |
| 2 | Estado, Governo e Mercado | 30 |  |  |  |  |  |  |  |
| 3 | O Público e o privado na gestão pública | 30 |  |  |  |  |  |  |  |
| 4 | Desenvolvimento e mudanças no Estado | 30 |  |  |  |  |  |  |  |
| 5 | Políticas Públicas | 30 |  |  |  |  |  |  |  |
| 6 | O Estado e os problemas contemporâneos | 30 |  |  |  |  |  |  |  |
| 7 | Elaboração de indicadores | 30 |  |  |  |  |  |  |  |
| 8 | Planejamento estratégico governamental | 30 |  |  |  |  |  |  |  |

**2ª etapa - Módulo Específico:**

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  | Disciplina | C.H. | **AGO** | **SET** | **OUT** | **NOV** | **DEZ** | **FEV** | **MAR** | **ABR** | **MAI**  **E JUN** |
| 1 | Metodologia Científica | 30 |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 2 | Plano Diretor e Gestão Urbana | 30 |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 3 | Gestão Tributária | 30 |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 4 | Gestão de Redes Públicas e Cooperação | 30 |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 5 | Gestão Democrática e Participativa | 30 |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 6 | Gestão Logística | 30 |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 7 | Elaboração e Avaliação de Projetos | 30 |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 8 | Processos Administrativos | 30 |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 9 | Monografia - TCC | 30 |  |  |  |  |  |  |  |  |  |

1. **RECURSOS FINANCEIROS**

O recurso financeiro advém do Fundo FNDE em repasse par a conta da UFS especificado como PNAP e a estimativa de gastos anuais é de R$290.312,00 (duzentos e noventa mil trezentos e doze reais), conforme planilha financeira em anexo.

A gestão financeira será realizada pela coordenação do curso, juntamente com os coordenadores de tutoria. E as principais rubricas de despesas pré-definidas são:

1. **Bolsas UAB para coordenadores**: R$29.400,00/projeto. Cada coordenador receberão uma bolsa mensal no valor de R$1.200,00 (Hum mil e duzentos reais);
2. **Bolsas para tutores**: R$26.100,00/projeto. Os tutores serão selecionados, via Edital público que será elaborado pela equipe de professores responsáveis pelo curso. Eles receberão pagamento no valor de R$725,00/mês (setecentos e vinte e cinco reais);
3. **Bolsa para orientação de Monografia**: R$ 7.250,00 (sete mil, duzentos e cinquenta reais);
4. **Impressão de material pedagógico**: R$26.679,52 (vinte e seis mil, seiscentos e setenta e nove reais, e cinquenta e dois centavos). Cópia de exemplares por disciplina, impressão de provas e gabaritos;
5. **Bolsas para coordenadores das disciplinas**: R$22.500,00 (vinte e dois mil e quinhentos reais). Será 1 bolsa a cada 15 horas de coordenação da respectiva disciplina. O coordenador receberá a bolsa de acordo com o período da oferta;
6. **Contratação de pessoal de apoio administrativo**: R$18.000,00/projeto. O valor refere-se a contratação da equipe de apoio de secretaria;
7. **Diárias:** R$9.504,00/projeto para encontros presenciais (coordenação geral, coordenação de disciplinas, tutores) nos polos,
8. **Obrigações tributárias:** R$3.600,00/projeto. O valor refere-se a 20% de encargos para contratação da equipe de apoio de secretaria;
9. **Aluguel de veículos, combustível e diária de motorista**: R$19.954,80/projeto para deslocamento aos Polos, e diárias R$ 2.520,00;
10. **Despesas com material de expediente:** R$3.000,00/projeto;
11. **Despesas com postagem**: R$1.000,00/ano.
12. **Aquisição de bibliografia**: R$3.600,00/projeto. Aquisição de 2 exemplares por disciplina;
13. **Reprografia diversas:** R$1.875,00
14. **Material de expediente**: R$ 3.000,00 (canetas, lápis, papel A4, grampeador, grampo para grampeados, pastas de arquivo, tonner).
15. **COMENTARIOS FINAIS**

Os cursos de pós-graduação EAD atenderão uma demanda já existente na região de Sergipe. Com certeza, a UFS não deve perder a oportunidade de oferecer ao mercado cursos com estas características, sobretudo com o incentivo do MEC.

Os coordenadores e o CESAD, ou seja, a equipe envolvida na preparação e implantação dos cursos nos Pólos tem interesse em oferecer o curso com empenho para atender as necessidades dos profissionais envolvidos na área de gestão pública.

1. **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ABRÚCIO, **Fernando** L.; COUTO, Cláudio G. A redefinição do papel o Estado no âmbito local. In: **São Paulo em Perspectiva**, v. 10, n. 3, p. 40-47, 1996.

ABRÚCIO, Fernando L. Reforma do Estado no federalismo brasileiro: a situação das administrações públicas estaduais. In: **Revista de Administração Pública-RAP**, v. 39, n. 2, p. 401-420, mar./abr. 2005.

BANCO MUNIDIAL. **Brasil: elementos de uma estratégia de cidades**. *Document of the World Bank*. Relatório No 35749-BR. Brasília: Banco Mundial/Departamento do Brasil, novembro 2006. Disponível em: <http://siteresources.worldbank.org/INTBRAZIL/Resources/Cidadesbr.pdf>. Acesso em 12/07/2008.

BRANDIÃO, Hugo J.; PALASSI, Márcia P.; FERREIRA, Dirce N. A. **Administração Pública**. Campo Grande/MS: MEC/UAB-UFMS, 2007.

COSTA, Marisa V. Discutindo a escola básica em tempos de neoliberalismo: uma conversa introdutória. In: COSTA, Marisa V. (org.). **Escola básica na virada do século**: cultura, política e currículo. São Paulo: Cortez, 1996.

KISSLER, Leo; HEIDEMANN, Francisco G. Governança pública: novo modelo regulatório para as relações entre Estado, mercado e sociedade? In: **Revista de Administração Pública-RAP**, v. 40, n. 3, p. 479-499, mai./jun. 2006.

PINHO, José A. G.; SANTANA, Mercejane, W. O governo municipal no Brasil: construindo uma nova agenda política na década de 90. Programa Gestão Pública e Cidadania. In: **Cadernos de Gestão Pública e Cidadania**, v. 20, 2001. Disponível em: <http://inovando.fgvsp.br/conteudo/documentos/cadernos_gestaopublica/CAD%2020.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2008.